

EDIÇÃO
Nº 15

ÁGUAS do BRASIL

Revista editada pela REBOB Rede Brasil de Organismos de Bacia
Julho/2016 - Ano 5



aguasdobrasil.org

XVIII ENCOB
ENCONTRO NACIONAL
DE COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS

**8º FÓRUM
MUNDIAL DA ÁGUA**
ENTREVISTA COM PAULO SALLES

DESSALINIZAÇÃO
CONHEÇA OS AVANÇOS E
PROJETOS NO BRASIL.

APOIO

PARCEIROS REBOB NA DIVULGAÇÃO DO 8º FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA

GS Inima Brasil



18 a 23 de
Março de 2018

8^o
Fórum Mundial
da Água

Brasília-Brasil
2018



XVIII ENCOB
ENCONTRO NACIONAL
DE COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS

06

BAHIA EM AÇÃO

CONHEÇA OS PROJETOS
E AVANÇOS DO SETOR
HÍDRICO

24

8º FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA

DETALHES NA
ENTREVISTA COM PAULO
SALLES

32

PROGESTÃO

AVANÇOS
E DESAFIOS

40

A BUSCA POR ALTERNATIVAS

A GESTÃO DOS RECURSOS
HÍDRICOS EM REGIÕES
ÁRIDAS PELO MUNDO

Expediente

DIREÇÃO EXECUTIVA E
COORDENAÇÃO TÉCNICA
REBOB Rede Brasil de Organismos de
Bacias Hidrográficas.

SUPERVISÃO TÉCNICA E ARTÍSTICA
Lupércio Ziroldo Antônio

DIAGRAMAÇÃO, PRODUÇÃO E REVISÃO
Excelent Mídia Publicidade
+55 18.3634-1782

JORNALISTA RESPONSÁVEL
Beatriz Bugiga - MTB: 58244/SP

EDIÇÃO
REBOB Rede Brasil de Organismos de Bacias
Hidrográficas.

Rua Bento da Cruz, nº 654, Sala 04,
Centro Birigui/SP – CEP 16.200-108
CNPJ: 02.925.407/0001-55
Inscrição Municipal: 30643
Inscrição Estadual: Isento
Fone: +55-18-3642.3655
rebob@rebob.org.br
www.rebob.org.br
www.aguasdobrasil.org

AS ÁGUAS SE ENCONTRAM NA BAHIA!

XVIII ENCOB REÚNE OS COMITÊS DE BACIA NA TERRA DO DESCOBRIMENTO

Meus amigos e amigas das águas.

Temos insistido em todas as nossas publicações em dois pontos de extrema importância no cenário da gestão dos recursos hídricos.

O primeiro: fortalecer a água como insumo primeiro de planejamento e decisão em todas as áreas que mantenham interface com a qualidade de vida humana e com o desenvolvimento. Deve ser assim na agricultura, nos transportes, na geração de energia, na saúde, no saneamento, no meio ambiente, lazer, etc. Devemos insistir em planejamento estratégico para a utilização dos recursos hídricos, sejam superficiais ou subterrâneos, visando fundamentalmente manter qualidade e quantidade para nossas gerações futuras.

O segundo: ampliar, dinamizar, estruturar e consolidar a participação das pessoas nos processos de gestão da água. Quanto mais cabeças pensantes no processo de gerenciamento efetivo dos recursos hídricos, mais teremos a certeza nos consensos, nas definições e na implementação de políticas públicas necessárias e que tragam ao habitante deste nosso país a certeza de ter água para seu uso e para o desenvolvimento que traz emprego e renda.

Pois bem.

Neste ano estamos com o XVIII ENCOB acontecendo na bela Salvador, capital da Bahia, terra do descobrimento. Será neste palco que a discussão maior por uma boa gestão de nossas águas dentro de nossas bacias hidrográficas será fortalecida com a participação de mais de 1,5 mil pessoas de praticamente todos os setores da economia e oriundas de todo o território brasileiro, que irão praticar a integração, o debate e a troca de experiências ricas e exitosas de soluções para nossas águas.

E assim deve ser sempre.

Não importa a bacia hidrográfica ou o Estado da Federação que tenhamos nosso lar.

O momento é este. Temos que cuidar de nossas águas.

E digo ainda: o que importa é nosso grau de envolvimento nos processos de gestão deste líquido.

Viu desperdício? Grite.

Contemplou degradação de um rio ou córrego? Berre e bem alto.

Foi convidado para um evento visando discutir a questão da saúde em seu município? Participe e pautar a agenda com os cuidados que todos devem ter para com as águas visando assim eliminar de vez aqueles mosquitos delinquentes, por exemplo.

A organização ou entidade da qual você é associado está organizando um grande Encontro ou Evento para discussão dos problemas do setor? Vá! E discuta a importância de relacionar o cuidado com os recursos hídricos.

Tem que ser assim!

O Brasil irá sediar em março de 2018 o 8º Fórum Mundial da Água.

Este nosso envolvimento com a gestão ótima dos nossos recursos hídricos com certeza vai proporcionar uma participação vibrante e abrangente dos brasileiros neste que é o maior evento de águas do planeta.

Seremos milhares apontando, mostrando, compartilhando, discutindo e integrando muitas de nossas ações profícuas para com nossas águas.

Na Bahia, agora em julho no ENCOB, teremos uma prova antecipada desta situação já desenhada.

Uma mostra de que, nós, integrantes dos mais de 240 Comitês de Bacias Hidrográficas já instaladas em nosso território, estamos fazendo nossa parte.

E na terra do descobrimento, vamos cobrir nossas águas com o cuidado que ela merece.

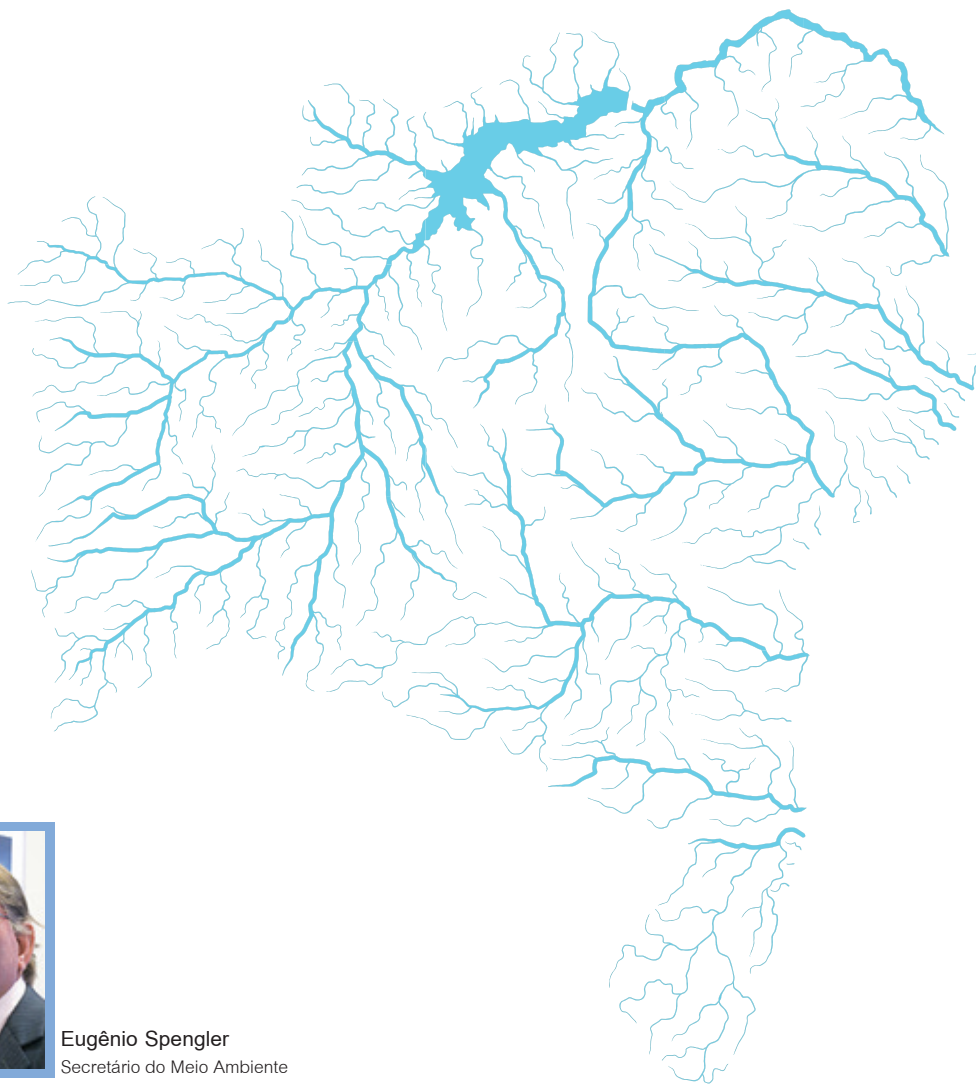
Levando a mensagem de que ela é a prioridade neste mundo atual.

Nossa e de todo ser vivente.



Lupercio Zirolto Antonio
Presidente da REBOB
e Governador do Conselho
Mundial da Água.

Gestão eficiente dos recursos hídricos. O desenvolvimento sustentável corre em nossas veias.



Eugênio Spengler
Secretário do Meio Ambiente

A Bahia possui uma rede hidrográfica de grande extensão e complexidade. E para que o Estado se desenvolva preservando seus recursos naturais, o Governo investe em planejamento e gestão participativa. Os Comitês de Gerenciamento das Bacias Hidrográficas estão sendo fortalecidos através da elaboração dos Planos de Bacias, enquadramentos dos corpos hídricos, balanço hídrico e cadastro de usuários de recursos hídricos. A cobrança da água, instrumento econômico de gestão dos recursos hídricos, será fundamental para a implementação dos programas previstos nos Planos de Bacias e vai proporcionar uma melhor qualidade e segurança hídrica para os diversos usos da água. O monitoramento da qualidade da água é outro desafio e para isso o Governo do Estado já conta com uma rede com 552 pontos. É mais desenvolvimento para a Bahia e mais vida para os baianos.

A BAHIA no Pacto Nacional pela Gestão das Águas

Membros do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CONERH) aprovaram, em reunião realizada em maio, o formulário de auto-avaliação da terceira fase do Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão das Águas (Progestão), que teve seu quadro de metas aprovado pela Resolução Conerh N.98/2014.

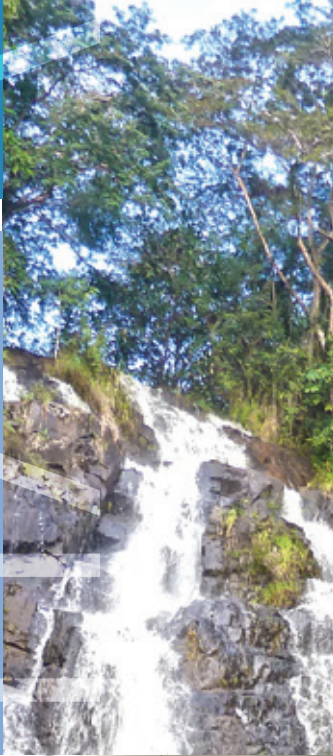
O Pacto Nacional pela Gestão das Águas tem como objetivo principal a construção de compromissos entre os entes federados, visando à superação de desafios comuns e a promoção do uso múltiplo e sustentável dos recursos hídricos.

O diretor da Diretoria de Águas do INEMA, Bruno Jardim, destacou o compromisso do Estado no desenvolvimento e consolidação dos instrumentos de gestão dos recursos hídricos. “Esse é um importante instrumento de controle e participação social, nele constam as metas estabelecidas e o estágio alcançado pelo Governo do Estado na gestão dos recursos hídricos, ou seja, se as metas fixadas foram cumpridas e/ou superadas”, explicou Jardim.

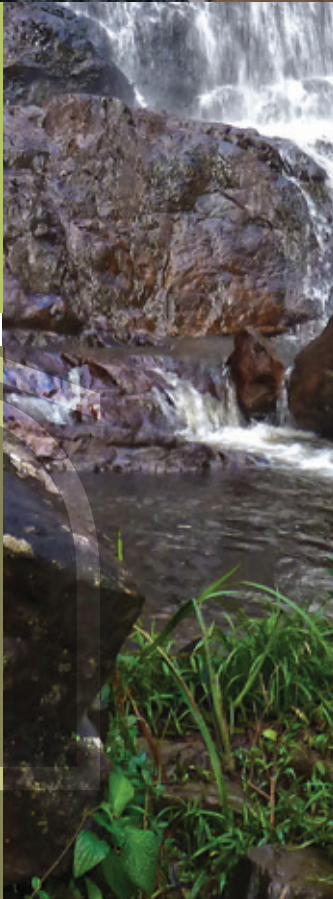
O Progestão é uma iniciativa do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e da Agência Nacional das Águas (ANA) que oferece uma metodologia para que os estados possam aderir ao Pacto e se classifiquem de acordo com sua estrutura institucional e com a complexidade do processo de gestão local.

O estado pode definir suas próprias metas, pactuadas junto ao conselho estadual de recursos hídricos, para fortalecer o sistema estadual de recursos hídricos e desenvolver os instrumentos de apoio ao gerenciamento de recursos pelos cinco anos seguintes.

São exemplos de metas estabelecidas para a Bahia, o aperfeiçoamento da rede de monitoramento da qualidade dos rios, formação de banco de dados sobre disponibilidade hídrica ou emissão de outorga para uso dos recursos hídricos, formação ou aperfeiçoamento de cadastro de usuários de recursos hídricos, elaboração de planos de bacia, capacitação de servidores, implementação da cobrança pelo uso da água nas bacias hidrográficas, entre outras ações.



CONERH Progestão



CONERH

Posse dos novos Conselheiros



CONERH-Posse dos novos membros

Cinquenta e dois conselheiros entre titulares e suplentes, representantes da sociedade civil organizada, poder público e usuários de recursos hídricos, foram empossados no Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CONERH para o biênio de 2016-2018.

Durante o encontro, o secretário da SEMA listou as prioridades de planejamento para os próximos anos, como: os desafios no que tange a gestão de recursos hídricos, a qualidade da água e a reserva adequada do líquido, a necessidade de cadastrar e regularizar todos os usuários, e o mais importante que é a cobrança pelo uso da água, instrumento principal de fator econômico.

“Precisamos nos aperfeiçoar naquilo que fazemos e este é um papel de todos, com o tema água e emprego, temos a responsabilidade de fazer o uso racional deste bem tão precioso, pensando na água, para o hoje, amanhã e depois. Os desafios são muitos e intensos, e sabemos das dificuldades de implementar todos os instrumentos de recursos hídricos, mas é preciso ser feito, e só conseguiremos isso com a ajuda da sociedade civil, usuários e de todas as esferas públicas envolvidas”, pontuou Spengler.

Para a diretora geral do INEMA, Márcia Telles, o instituto tem se empenhado ao máximo para diminuir as diferenças e melhorar os mecanismos quando o assunto é gestão de recursos hídricos. “Estamos comprometidos para buscar de forma conjunta a melhoria dos planos de bacias, o enquadramento dos corpos hídricos, além dos mecanismos de gestão, fazendo isso através de forma igualitária e justa com o melhor aperfeiçoamento”, finalizou.

“Os conselheiros terão uma missão importante pela frente no que tange os recursos hídricos”, destacou Mariana Mascarenhas, coordenadora executiva da Sema, “precisamos mostrar que o nosso papel é de colaborar para elaboração e implementação de políticas públicas no Estado e fortalecer parcerias”, afirmou.



Márcia Telles
Diretora Geral do INEMA

BAHIA

Como funciona o CONERH

O Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CONERH) é o órgão superior do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos, com caráter consultivo, normativo, deliberativo, recursal e de representação para atuar na defesa e proteção dos recursos hídricos, tendo por finalidade formular, em caráter suplementar, a Política Estadual de Recursos Hídricos.

Este Conselho foi criado pela Lei Estadual nº 7.354, de 14 de setembro de 1998, revogada pela nova Lei de Recursos Hídricos da Bahia nº 11.612, de 08 de outubro de 2009. Desde então, sua composição passou por alterações e suas ações vêm sendo intensificadas nos últimos anos.

Cabe ao CONERH, analisar propostas de alteração de legislação pertinente aos recursos hídricos e encaminhá-las aos órgãos competentes; estabelecer os critérios gerais para a outorga do direito de uso dos recursos hídricos estaduais e da cobrança pelo seu uso, inclusive pelo lançamento de efluentes; aprovar os valores a serem cobrados pelo uso dos recursos hídricos; estabelecer as medidas para a proteção dos corpos de água, podendo determinar regime especial, temporário ou definitivo, para a sua utilização e o enquadramento dos corpos de água do domínio estadual, em classes, segundo seus usos preponderantes; analisar e aprovar as propostas de instituição de Comitês de Bacias Hidrográficas, bem como os critérios para o seu funcionamento; analisar e aprovar as propostas de criação de Agências de Bacias Hidrográficas; definir critérios para aplicação dos recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos - FERHBA; apresentar contribuições para a elaboração do Zoneamento Territorial Ambiental e do Plano Estadual do Meio Ambiente.

Atualmente, o Conselho tem tido como foco acompanhar a Gestão de Recursos Hídricos e implementação dos Instrumentos da Política Estadual de Recursos Hídricos, o processo de Implementação da Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos e o acompanhamento do Progestão - Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão das Águas.

Com a publicação da Lei 10.432, de 20 de dezembro de 2006, a composição do CONERH foi alterada para 20 membros. Além disso, mudanças significativas ocorreram nas categorias representadas no Conselho.

Assim, das 20 vagas da nova composição, dez eram ocupadas pelo Poder Público Estadual, duas vagas para o Poder Público Municipal, representado pela União dos Municípios da Bahia – UPB e pela Associação Nacional dos Órgãos de Meio Ambiente – ANAMMA, cinco vagas para os usuários, divididos nas categorias: setor de agricultura/irrigação, setor de saneamento e abastecimento, setor da indústria e turismo, setor energético e setor de mineração e três vagas para a sociedade civil organizada também dividida em categorias: povos e comunidades tradicionais, segmentos profissionais e conselhos de classes e organização não-governamental. Em 2009, houve outra alteração da composição do CONERH, estabelecida pela Lei 11.612/2009, a qual aumenta o número de conselheiros da sociedade civil de três para cinco conselheiros.

De acordo com a Coordenadora Executiva dos Colegiados Ambientais da Secretaria Estadual do Meio Ambiente, Mariana Mascarenhas, percebe-se que ao longo do tempo houve um acréscimo tanto quantitativo quanto qualitativo na composição do CONERH. “A participação foi alargada tanto para os usuários, que passaram a ter representação em diversos ramos de empreendimento, quanto da sociedade civil organizada em que muitos setores, antes excluídos da discussão sobre recursos hídricos, passaram a ter voz e voto na instância superior estadual para a implementação da Política de Recursos Hídricos, a exemplo da vaga destinada aos povos e comunidades tradicionais”, finalizou.

O CONERH reúne-se em caráter ordinário a cada três meses, na cidade de Salvador e, extraordinariamente, quando necessário. Este Conselho possui em sua estrutura, o apoio de cinco Câmaras Técnicas, as quais tratam de temas específicos para subsidiarem as tomadas de decisões do Conselho.

São elas: Câmara Técnica Para Assuntos Institucionais e Legais - CTIL, Câmara Técnica de Educação e Mobilização Social - CTEM, Câmara Técnica de Povos de Comunidades Tradicionais - CTPCT, Câmara Técnica Planos, Programas e Projetos - CTPPP e a Câmara Técnica de Outorga e Cobrança - CTOC.



Governo da Bahia Fortalece rede de monitoramento de recursos ambientais e hídricos

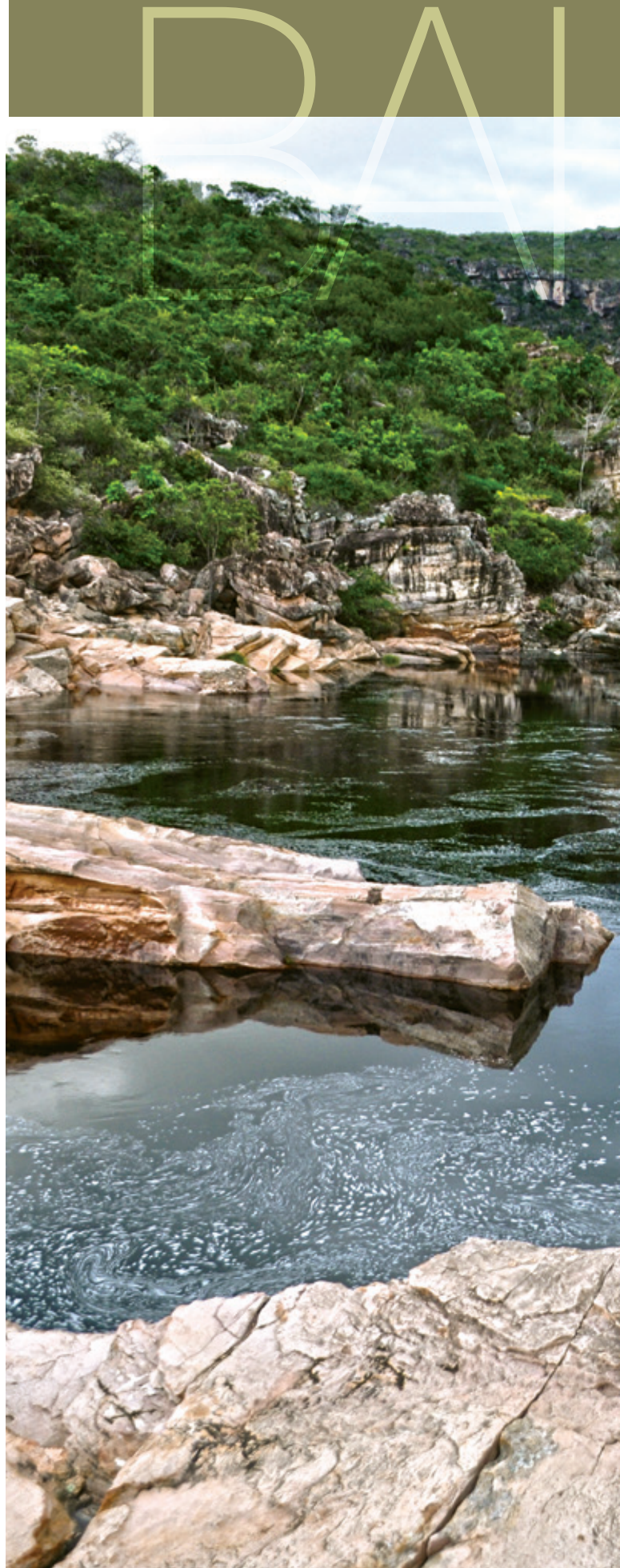
Nos últimos anos, o Estado realizou investimentos e desenvolveu uma série de ações para proporcionar informações cada vez mais precisas referentes ao monitoramento dos rios, clima e da balneabilidade das praias.

A Secretaria do Meio Ambiente (SEMA), através do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (INEMA), órgão responsável pela gestão da rede de monitoramento na Bahia, mais que dobrou o número de pontos monitorados, sendo atualmente 804 pontos nas redes em operação, e até o fim de 2017 já estão previstos ampliar estes números para cerca de 1000 pontos de monitoramento de quantidade e qualidade por todo o estado.

A diretora geral do INEMA, Márcia Telles, ressaltou a importância do monitoramento para a gestão dos recursos hídricos e explicou como funciona o Programa Monitora, responsável pela indicação da qualidade da água de nossos mananciais. “É um amplo programa de monitoramento da qualidade das águas de nossas bacias hidrográficas, onde todas as regiões do estado são atendidas, com campanhas de coletas contínuas, o que permite avaliar efeitos sazonais e/ou alterações antrópicas na qualidade de nossos recursos hídricos”.

“O monitoramento é um instrumento de gestão fundamental, pois, ele permite uma tomada de decisão mais segura dos atos autorizativos (licença e outorga), além de ser o principal insumo nos processos de enquadramento dos corpos de água”, pontuou Telles.

O programa Monitora vem produzindo uma grande quantidade de dados analíticos que são tratados tendo sua comunicação com a sociedade facilitada pelo uso de índices de qualidade da água, o que facilita a interpretação de extensas listas de parâmetros, tornando a informação mais fácil compreensão pelo público.





Eduardo Topázio
Coordenador de Monitoramento do Inema



Nos últimos anos, a partir de 2011, a rede de monitoramento foi ampliada de modo exponencial com investimentos do Governo do Estado, dobrando a rede existente em comparação com a década anterior.

O Estado da Bahia aderiu em 2015 ao Programa de Estímulo à Divulgação de Dados de Qualidade de Água (Qualiágua), uma iniciativa da Agência Nacional de Águas (ANA). Esta parceria busca a padronização dos métodos de coleta de amostras, parâmetros verificados, frequência das análises e divulgação dos dados em escala nacional. Também prevê recursos para investimento na manutenção e ampliação da rede de monitoramento existente no estado, com o aporte de aproximadamente R\$ 6,6 milhões no período de cinco anos, que auxiliará no aperfeiçoamento da operação e ampliação da rede de qualidade e quantidade de água.

Para a realização das atividades de laboratório foi adquirida uma série de equipamentos e cedidos, através de convênio, ao Centro de Pesquisas e Desenvolvimento (CEPED), que são utilizados para determinação de parâmetros de Qualidade de Água, em campo e em laboratório, nos pontos definidos no plano de metas do contrato Qualiágua. “Foram estabelecidas também metas estruturantes que definem objetivos a serem alcançados em termos de padronização, capacitação e melhoria das práticas de laboratório, visando melhorar a qualidade do dado e da informação gerada. A Bahia conta hoje com 552 pontos coincidente com uma rede estratégica nacional, conhecida convencionalmente como a Rede Nacional de Monitoramento da Qualidade das Águas”, explicou o coordenador de Monitoramento de Recursos Ambientais e Hídricos do INEMA, Eduardo Topázio.

“Outro avanço foi no acompanhamento das condições de balneabilidade das praias, que é a análise realizada para saber se a praia está própria ou imprópria para banho, hoje a rede cobre mais de 100 praias, sendo todo o Litoral Norte, Região Metropolitana de Salvador, Baía de Todos os Santos, Costa do Cacau, Costa do Dendê e Costa do Descobrimento”, destacou.

O coordenador ressaltou ainda o fortalecimento da área de meteorologia, com a aquisição de equipamentos e produção do mapa de seca em parceria com instituições de monitoramento de clima do Nordeste Brasileiro e ANA, publicando também boletins diários para a sociedade.

“O Governo da Bahia prepara uma rede de monitoramento, em tempo real, da água subterrânea em áreas já diagnosticadas como críticas, prioritariamente para entrar em operação até 2017”.

Qualidade da água é monitorada em tempo real em Salvador e região metropolitana

A Secretaria do Meio Ambiente (SEMA) adquiriu, através do Programa do Desenvolvimento Ambiental (PDA), financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), oito Unidades de Monitoramento Remoto UMR's, com o valor total de investimento de R\$ 1.741.330,92. Os equipamentos foram instalados em pontos estratégicos de Salvador e Região Metropolitana.

O projeto inovador permite monitorar a qualidade da água em tempo real, que de acordo com a diretora geral do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (INEMA), Márcia Telles, possibilitará ao órgão um controle mais ágil e eficiente dos recursos hídricos que abastecem a capital baiana e cidades circunvizinhas.

O equipamento é uma sonda multiparamétrica que funciona da seguinte forma: com um sistema de limpeza central montada em bóias, o aparelho transmite a cada seis horas com intervalo de 30 minutos o armazenamento do que foi captado pela sonda. Todos os equipamentos têm transmissão remota de dados, via GSM, e foram instalados em rios e em reservatórios que abastecem e formam uma rede de monitoramento composta por: Pedra do Cavalo, Ipitanga, Joanes e Santa Helena por terem contribuições menores para abastecimento público.

A ideia, segundo o coordenador do INEMA, Eduardo Topázio, é instalar os equipamentos em pontos estratégicos, fornecendo um serviço de alta qualidade à região com maior concentração populacional do Estado. “O projeto foi desenvolvido em parceria com a Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A. (EMBASA), já que o objetivo é o monitoramento dos principais reservatórios de abastecimento de água para Salvador e Região Metropolitana, Joanes, Ipitanga, Santa Helena e Pedra do Cavalo”.

Estes locais, prioritariamente deverão assegurar uma melhor distribuição e abrangência espacial, adequação à rede de monitoramento existente e representatividade em relação aos fatores impactantes da qualidade da água na bacia, o que possibilitará ao INEMA, um controle mais ágil e eficiente dos recursos hídricos que abastecem Salvador e região metropolitana.

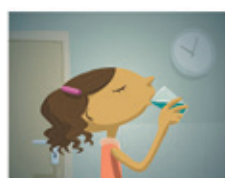
“Este é mais um avanço do programa da gestão ambiental para desenvolvimento sustentável em áreas de proteção priorizadas do PDA”, declarou Ivone Carvalho, coordenadora geral da unidade e execução do programa.

População do semiárido baiano é beneficiada com sistemas de dessalinização do Programa Água Doce

Com investimento total de R\$ 60 milhões, o convênio com o Estado da Bahia é o maior no âmbito do Programa Água Doce e tem como meta a implantação, recuperação e gestão de 385 sistemas de dessalinização, disponibilizando água potável a cerca de 160 mil pessoas residentes no semiárido baiano. A primeira etapa do programa deve ser concluída até setembro de 2016, com a entrega de 145 sistemas dessalinizadores, e os demais em 2017.

Um sonho que virou realidade, este é o relato do agricultor Frozino Neves de Aragão com a chegada de água potável à comunidade de Estaleiro, em Ipirá, onde mora há 33 anos. Este depoimento representou o sentimento das famílias presentes no evento quando o Governador Rui Costa e o secretário Estadual do Meio Ambiente, Eugênio Spengler, anunciaram a entrega de oito sistemas de dessalinização do Programa Água Doce (PAD), que beneficia, com a oferta de água potável, 514 famílias de comunidades rurais do município. Só em Ipirá foram investidos cerca de R\$ 1,5 milhão, nesta primeira etapa do Programa, nas localidades de Amparo, Cachoeirinha, Cascavél, Estaleiro, Hu, Rosário, Vista Nova e Sítio Novo.

“Este é um compromisso do Governo do Estado em estabelecer uma política pública permanente de acesso à água potável para a população, principalmente nas regiões semiáridas que passam por períodos de estiagem.



1 - No primeiro momento, o sistema de dessalinização torna a água potável.



3 - No terceiro momento, o efluente (concentrado) dessa criação, enriquecido em matéria orgânica, é aproveitado para a irrigação da erva-sal (Atriplex nummularia) que, por sua vez, é utilizada na produção de feno.



2 - No segundo momento, o efluente do dessalinizador (concentrado), solução salobra ou salina, é enviado para tanques de criação de peixes, o sistema de produção integrado, como tilápia.



4 - No quarto momento, a forragem, com teor proteico entre 14% e 18%, é utilizada para a engorda de caprinos e/ou ovinos da região, fechando assim o sistema de produção integrado ambientalmente sustentável.

Sistema PAD - Água Doce

Esses sistemas trazem água de qualidade para o consumo, além da melhoria na saúde, este equipamento impulsionará atividades que geram renda, como a criação de animais e plantio em hortas”, acrescentou o Governador. O Secretário do Meio Ambiente, Eugênio Spengler, ressaltou a importância dos investimentos para garantir o abastecimento de água potável para milhares de famílias de comunidades rurais do estado. “Este projeto consiste em instalar e reformar sistemas que retiram o sal da água captada em poços de comunidades rurais, tornando-a própria ao consumo humano, incorporando cuidados técnicos, ambientais e sociais na implantação”.

“Aqui em Ipirá estão sendo entregues oito sistemas de dessalinização, sendo que mais dois encontram-se em fase de obras contemplando também as localidades de Jacaré e Vida Nova. O programa atinge números expressivos de pessoas atendidas, ao todo, 41 municípios do semiárido baiano vão receber os dessalinizadores”, pontuou Spengler.

Beneficiário do PAD, o agricultor Frozino Neves de Aragão, agradeceu ao governador e ao secretário do Meio Ambiente pelo equipamento instalado na comunidade e relatou as melhorias que o equipamento já proporciona na qualidade de vida dos moradores. “Aqui antes era um sofrimento para ter água, vivíamos a espera de carro pipa e de água da chuva, que eram escassas, pois a seca aqui é muito forte. Deus ajudou e os governantes trouxeram esta água boa, que dá gosto de beber”.

Presente no evento, o coordenador nacional do PAD, Renato Saraiva, destacou a participação e troca de conhecimentos entre os diversos setores governamentais e os moradores das comunidades atendidas. “Antes de entrar em operação, técnicos do PAD ministraram oficinas com a participação de gestores públicos, moradores, professores, agentes de saúde, líderes comunitários, entre outros. Encontros fundamentais para conhecer a realidade cultural e socioeconômica das comunidades envolvidas, bem como a capacitação e escolha, por parte da comunidade, dos responsáveis pelo manuseio e manutenção do equipamento, além da destinação adequada do concentrado”, enfatizou.

Sobre o PAD

O PAD é uma ação do Governo Federal, coordenada pelo Ministério do Meio Ambiente em parceria com diversas instituições federais, estaduais, municipais e sociedade civil. Na Bahia, este arranjo institucional possui representações da SEMA, do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (INEMA), da Secretaria de Infraestrutura Hídrica e Saneamento (SIHS), da Secretaria da Saúde do Estado da Bahia (SESAB), Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR), da Companhia de Engenharia Hídrica de Saneamento da Bahia (CERB), Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR), Bahia Pesca e do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS). No âmbito municipal são constituídos os Núcleos Locais, formado por representantes da comunidade, por meio da assinatura de acordos de gestão dos sistemas.

Restauração Florestal na Bahia

Como alvo de adotar medidas padronizadas e tecnicamente adequadas para a restauração florestal e da vegetação nativa de áreas ambientalmente protegidas, o Governo do Estado da Bahia, sempre teve como objetivo juntamente com gestores de empresas privadas e os proprietários rurais de contribuir para o avanço destas ações de recuperação e de seus passivos ambientais.

Com base nisso é que a que Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SEMA) e Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (INEMA), vem desenvolvendo muitos projetos, alguns já em execução, outros já concluídos e novos no papel em fase de alinhamento para também serem realizados pelos órgãos.

Com o interesse na execução do PRA e na elaboração de procedimentos adequados para a correção e mitigação de passivos ambientais nos imóveis rurais do Estado, neste sentido, o Governo adotou medidas padronizadas e tecnicamente adequadas para a restauração florestal e da vegetação nativa de áreas ambientalmente protegidas.



Com a implantação das novas ferramentas de gestão do uso do solo em propriedades rurais, é de interesse do governo, fornecer subsídios para que os proprietários façam o cadastro das propriedades e a adesão ao Programa de Regularização Ambiental, informando as ações que serão implantadas para recuperação de seus passivos ambientais.

Mediante a toda essa preocupação, é que desde 2012, gestores de diversas áreas tanto da SEMA quanto do INEMA e também de parceiros dos Centros de Referências de Restauração Florestal (CRRFs), têm se articulado para avaliar melhores soluções na estruturação de políticas de restauração florestal e conservação da biodiversidade em todo território baiano, a fim de definir melhores metodologias para recomposição da vegetação nativa dos biomas da Caatinga, Cerrado e da Mata Atlântica.

“A Sema executa projetos através do Programa de Restauração Florestal para a revitalização de bacias hidrográficas estratégicas do estado. Estamos empenhados em realizar ações conjuntas de restauração em larga escala nas bacias, assim podemos contribuir para a melhoria dos recursos hídricos”, destacou Luiz Antônio Ferraro, superintendente da Superintendência de Estudos e Pesquisas Ambientais da Secretaria.

Planos de Revitalização de Bacias e Rios Rio Cachoeira

Financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), para a execução do Programa de Desenvolvimento Ambiental (PAD-Bahia), o plano de revitalização do Rio Cachoeira começou em maio de 2015, quando foi assinado o primeiro contrato com o Cadastro Estadual Florestal de Imóveis Rurais – CEFIR, que teve como diagnóstico ambiental cadastrar 300 imóveis rurais de famílias de assentamentos dos municípios de Itororó, Itajú do Colônia, Ibicaraí e Jussari, de biomas predominantes a Mata Atlântica.

A restauração florestal vem acontecendo em aproximadamente 13 assentamentos em estudo, num total de 150 hectares, com um plano estratégico para até junho de 2017, onde a revitalização ambiental beneficiará também a bacia com bancos e projetos estruturantes.

Rio Utinga afluente do Rio Paraguaçu com os índios Payaya

Com recursos provenientes de multas realizadas pelo o INEMA, aproximadamente uns R\$ 700,000,000 (setecentos mil reais), é que desde 2016, cerca de 90 famílias de Utinga no leste Baiano, entre elas 57 com índios da tribo Payaya, trabalham na recuperação da nascente e mata ciliar do Rio Utinga e seus afluentes para a manutenção da vazão do rio. Com previsão de término em 2018, e com o bioma predominante de Mata Atlântica o projeto beneficiará além do Rio Utinga, outros como: Jacuípe e Mucambo, além da população entorno desses rios.

É o caso do cacique Juvenal Payaya que desenvolveu um projeto de mudas nativas que tem como objetivo contribuir para autosustentabilidade da comunidade indígena, que além de recuperar vai desenvolver sua cultura tradicional.

Projeto de restauração muda realidade ambiental e social na Bacia do Paraguaçu

Com duração de dois anos, o projeto Semeando Águas no Paraguaçu tem o objetivo de elaborar um plano estratégico para manutenção e recuperação da capacidade hídrica da bacia, incluindo a identificação das áreas mais importantes para a produção de água.

O Projeto é executado pela Conservação Internacional (CI) em parceria com a Secretaria do Meio Ambiente (SEMA) e o Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (INEMA), com patrocínio do Programa Petrobrás Socioambiental, e engloba os municípios de Andaraí, Barra da Estiva, Boninal, Bonito, Ibicoara, Iraquara, Lençóis, Mucugê, Morro do Chapéu, Mulungu do Morro, Palmeiras, Piatã, Seabra, Souto Soares, Utinga e Wagner.

Desde março de 2014, quando o Projeto foi iniciado, 70 hectares de áreas de nascentes ao longo do curso d'água do Rio Paraguaçu e afluentes estão sendo restauradas, por meio do plantio de 45 mil mudas de plantas nativas.

Foram realizados também à adequação ambiental de mais de 70 pequenas propriedades rurais com a inclusão no Cadastro Estadual Florestal de Imóveis Rurais (CEFIR), as ações do projeto contemplam ainda a elaboração do plano estratégico junto com um banco de projetos, para manutenção e recuperação da capacidade hídrica da bacia, em parceria com o Comitê de Bacia do Paraguaçu.

Para a coordenadora de Programas e Projetos de Biodiversidade e Florestas da SEMA, Luciana Santa Rita, o aspecto de maior destaque percebido nesta etapa foi o efeito multiplicador da iniciativa. “É perceptível a mobilização de diferentes atores locais, população ribeirinha, produtores rurais, agentes públicos, o Movimento Associativo Indígena Payayá, todos estão empenhados no desenvolvimento do projeto. A Sema coordena e apoia vários projetos e iniciativas relacionadas a revitalização de bacias hidrográficas em todo o estado”, pontuou.

Para o vice-presidente da CI Brasil, Rodrigo Medeiros, os resultados obtidos com o projeto demonstram que a mobilização da sociedade é fundamental para o sucesso de projetos como Semeando Águas no Paraguaçu. “Estamos prestes a completar 30 anos de trabalhos que promovem a proteção dos recursos naturais e a melhoria na qualidade de vida da população, sem a natureza não temos comida, água, cultura, liberdade. É a primeira vez que visito a Chapada, fiquei admirado com tanta riqueza de flora e fauna, que pode estar ameaçada com a escassez de recursos hídricos, por isso o Paraguaçu é um exemplo de atuação para o Brasil, exemplo de que quando a sociedade se compromete, organizando-se e provocando uma rede de parcerias, é possível estabelecer uma agenda de restauração dos ecossistemas locais”, destacou.

Para iniciar o processo de recuperação ambiental da bacia, técnicos do projeto realizaram um diagnóstico socioambiental e o mapeamento da cobertura e uso do solo. “Identificamos áreas impactadas às margens do rio, em imóveis rurais privados, localizados nos municípios de Mucugê, Barra da Estiva e Ibicoara, apresentamos aos proprietários a proposta de restauração do projeto e sua importância para a manutenção da qualidade e quantidade dos recursos hídricos e da biodiversidade. A partir daí, iniciamos a implantação das unidades demonstrativas de restauração ecológica e de sistemas agroflorestais. Embora a iniciativa tenha ações que abrangem toda a bacia do Paraguaçu, o foco de atuação é mais concentrado no

Alto Paraguaçu, região de encontro de três biomas, Mata Atlântica, Caatinga e Cerrado, com diversos ecossistemas associados”, explicou o coordenador de projetos da CI, Rogério Mucugê.

Um dos beneficiários e parceiro do projeto, o viveirista da Associação Bicho do Mato, Erlei Aguiar, descreveu os avanços obtidos na produção de mudas com o apoio do Semeando Águas no Paraguaçu. “Começamos com um pequeno viveiro no quintal de casa, através da troca de sementes, doações de mudas, com o apoio do projeto conseguimos construir uma nova estrutura, fomos capacitados através de um curso de gerenciamento de viveiros, que nos ensinou a torná-lo funcional, com novas técnicas de coleta de sementes e plantio, aumentando a produção. Tivemos mais visibilidade e com a renda gerada pela venda de mudas estamos iniciando a construção da nossa sede própria, para que possamos realizar atividades de educação ambiental, cursos e oficinas para estudantes de escolas públicas e comunidade, dentre outros”.

O biólogo da CI, Dary Rigueira, ressaltou a elaboração do plano estratégico, bem como os desafios para o desenvolvimento de uma cadeia produtiva da restauração. “Procuramos desenvolver técnicas de restauração ecológica levando em consideração o estágio de degradação em cada propriedade, bem como a realidade social, cultural e econômica das comunidades do entorno. O reflorestamento não é barato, é preciso investimento em capacitação, estruturação de viveiros, mão-de-obra, entre outros. Por isso trabalhamos na criação e fortalecimento da cadeia produtiva, desde os coletores de sementes, produtores de mudas nativas, a produtores rurais e gestores públicos, criando alternativas para reduzir os custos do processo de restauração, além de gerar emprego e renda para os diversos atores envolvidos”.

Parceiro do projeto, Wilson Pianissola, da direção estadual do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), ressaltou a mobilização dos moradores de assentamentos rurais da região para a preservação dos rios e vegetação nativa. “Visto a gravidade dos problemas ambientais vivenciados, o papel de quem vive na região e utiliza o solo para a produção é ainda mais importante para a conservação da água. O meio ambiente é uma preocupação diária dos assentados, por isso temos pautado em nossas reivindicações, incentivos para a restauração e preservação das florestas”.

“Já iniciamos, com apoio do Semeando Águas no Paraguaçu, intervenções para restauração no Rio Utinga, promovemos um mutirão para plantio de mais de 1.000 mudas de espécies nativas e frutíferas em áreas de preservação permanente do Assentamento São Sebastião, no município de Wagner, localizado na bacia do Rio Utinga. Pretendemos fazer desta ação um modelo a ser replicado nas demais áreas de reforma agrária”, explicou Pianissola.

Bacia do Paraguaçu

A bacia hidrográfica do Paraguaçu é uma das mais importantes para o estado da Bahia, sendo fundamental para o abastecimento de água da região metropolitana de Salvador. Com uma área de 55 mil Km², inclui 86 municípios, que correspondem a 10% do território do estado. O Paraguaçu tem suas nascentes em áreas de Caatinga, Campos de Altitude e encaves de Mata Atlântica na Chapada Diamantina. Das nascentes até a foz, na baía de Todos os Santos, o rio Paraguaçu percorre 600 km, cruzando uma região com alta diversidade social, cultural e ecológica.

Formar

Já capacitou mais de quatro mil pessoas na Bahia

O Programa de Formação em Meio Ambiente e Recursos Hídricos - Formar é uma iniciativa da Secretaria do Meio Ambiente (SEMA), com o objetivo de desenvolver cursos de formação para pessoas que atuam com o Sistema Estadual do Meio Ambiente (SISEMA) e o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SEGREH), ambos de implementação de políticas públicas ambientais e de gestão, conservação e defesa do meio ambiente.

De acordo com dados da Diretoria de Estudos Avançados do Meio Ambiente, de 2013 até este ano já foram realizadas 156 turmas pelo Formar, num total de 4.939 pessoas capacitadas. Para atender essas demandas, foi criado um sistema de credenciamento na página da SEMA, onde os interessados puderam fazer a inscrição.



Rio Paraguaçu



Rio Paraguaçu - Foto de: Gabriel Parmezani



Rio Paraguaçu

“A proposta é capacitar gestores, servidores estaduais, municipais, membros de colegiados ambientais e de recursos hídricos, além de membros de comitês de bacias hidrográficas, em busca da eficiência das políticas públicas voltadas para gestão ambiental”, explica a diretora de Estudos Avançados em Meio Ambiente, Kitty Tavares.

Os cursos atendem às cidades de Barreiras, Eunápolis, Feira de Santana, Itabuna, Juazeiro, Santa Maria da Vitória, Seabra, Senhor do Bonfim, Vitória da Conquista e a Região Metropolitana de Salvador - o Programa Formar desenvolve cursos de curta duração com temas de gestão, educação ambiental, licenciamento e regularização ambiental, todos distribuídos em 11 áreas temáticas contempladas pelo projeto.

Segundo Tavares, “a grande procura dos cursos mostra que cada vez mais a estrutura do Programa Formar está no caminho certo, as capacitações de curta duração atendem uma demanda imediata de informação mais generalizada sobre os temas propostos”.

Os cursos presenciais foram desenvolvidos para atender a peculiaridade de todas as regiões contempladas pelo programa por conta disso, os mesmos são adaptados e ministrados à realidade de cada local.

Winnie Santos da Silva, estudante de Ciências Biológicas da Universidade Estadual de Santa Cruz, em Ilhéus, também foi capacitada por dois cursos do Formar este ano: Gerenciamento Costeiro e Licenciamento Ambiental.

“A formação foi importante para adquirir novos conhecimentos sobre os temas já que as demandas ambientais tem sido visíveis”, pontuou.

Além de aulas presenciais, a SEMA já possui uma plataforma estruturada de educação à distância chamada de EaD do Meio Ambiente. Neste ano, ocorre o processo de contratação da empresa que vai desenvolver o programa. Serão convertidos 15 cursos para a modalidade EaD e o novo calendário será disponibilizado até o ano de 2017. De acordo com Kitty Tavares, “a plataforma tem o objetivo de proporcionar a formação inicial e continuada, além de fazer a avaliação individual do desenvolvimento de cada aluno”.

Plano de Bacia Hidrográfica e enquadramento dos corpos de água

O Plano de Bacia Hidrográfica é um instrumento previsto nas Políticas Nacional, Lei Nº 9.433/97 e Estadual Lei Nº 11.612/09. São planos diretores, de natureza estratégica e operacional, que têm por finalidade fundamentar e orientar a implementação da Política Estadual de Recursos Hídricos, compatibilizando os aspectos quantitativos e qualitativos do uso das águas, de modo a assegurar as metas e os usos neles previstos, na área da bacia ou região hidrográfica considerada.

Outro instrumento da Política Estadual de Recursos Hídricos, o Enquadramento de Corpos de Água, tem por objetivo assegurar a qualidade de água compatível com os usos preponderantes de uma bacia hidrográfica por meio de ações que visem atingir objetivos determinados de qualidade.

Em janeiro de 2016 a SEMA, por meio do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (INEMA), celebrou o convênio para contratação de duas empresas especializadas para elaboração dos Planos de Recursos Hídricos e Enquadramento dos Corpos de Água das Bacias Hidrográficas dos rios Verde e Jacaré e do Rio Itapicuru.

Com este convênio, a Bahia conta com sete Planos e Enquadramentos em andamento, nas bacias dos rios: Grande; Corrente, do Leste; das Contas; do Recôncavo Sul; Itapicuru e Verde e Jacaré. Para o segundo semestre de 2016, estão previstos a contratação de mais dois Planos de Bacias e Enquadramento dos Corpos de Água para as Bacias Hidrográficas dos rios Paramirim e Santo Onofre e para a Bacia hidrográfica do rio Salitre, respectivamente. Totalizando a contratação de 09 (nove) Planos de Bacias e Enquadramento de Corpos de Água.

A previsão é que até 2017, a elaboração destes instrumentos esteja concluída, totalizando um investimento de aproximadamente R\$ 23 milhões, fortalecendo assim a gestão das águas no estado auxiliando no desenvolvimento sustentável da Bahia para os próximos anos, onde a disponibilidade de água, tanto em quantidade quanto em qualidade, é de vital importância para um estado que possui cerca de 70% da sua área inserida na região semiárida do país.



Assim, por meio destes instrumentos são estabelecidas metas de qualidade e quantidade para as águas da bacia, estabelecidos critérios para o uso dessas águas e ações necessárias para atingir a esses fins. Além disso, devem ser o resultado de um processo contínuo e participativo, que deve ser atualizado periodicamente.

O secretário Estadual do Meio Ambiente, Eugênio Spengler, ressalta que o Plano visa gerar elementos e meios que permitam aos comitês, ao INEMA e aos demais componentes do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos gerirem efetiva e sustentavelmente os recursos hídricos superficiais e subterrâneos, de modo a garantir os usos múltiplos de forma racional e sustentável.

“Os Planos de Bacias e o Enquadramento são instrumentos participativos, que preveem na sua elaboração um amplo debate com a sociedade, no qual a metodologia empregada para elaboração dos mesmos é agregar o saber técnico com o saber popular, para que estes sejam construídos atendendo aos anseios da população”, explicou Spengler.

Os dois primeiros Planos que foram contratados neste formato são os Planos da Bacia Hidrográfica do Rio Grande e do Rio Corrente, localizados na Região Hidrográfica do São Francisco. Esta região, nos últimos 15 anos, teve um desenvolvimento da atividade agrícola sem precedentes, principalmente na expansão do agronegócio, em especial na produção de grãos (soja, milho), café e fruticultura, todos com alta tecnificação, extremamente mecanizada e com uso considerável de insumos.

Essa rápida e intensa mudança no uso do solo e da água tem produzido grandes impactos ambientais tais como: erosão hídrica e eólica, perda de habitats, diminuição da vazão dos rios que drenam a região, assoreamento, aumento das queimadas, desmatamento em larga escala, redução da biodiversidade, pressão sobre os aquíferos, entre outras preocupações ambientais. “Em particular, a questão da conservação dos solos e, sobretudo, da água, em qualidade e quantidade, torna-se cada vez mais drástica, por isto a necessidade de um diagnóstico da situação das bacias, cenarizações futuras e o desenvolvimento de projetos, programas e ações para mitigarem efeitos danosos sobre a área ambiental e realizar planejamento de uso sustentável dos seus recursos naturais”, pontuou o diretor de Águas do INEMA, Bruno Jardim.

Metodologia

Referente à elaboração dos Planos, o coordenador de Recursos Hídricos do INEMA, George Silva, explicou que os trabalhos são divididos em etapas: Preparatória, Diagnóstico, Prognóstico e a fase de Metas, Programas e Ações. “A primeira se resume ao levantamento de dados e formulação do plano de trabalho, a segunda é um diagnóstico físico, biótico, socioeconômico, institucional e legal, uma visão do cenário atual da bacia, com a realização de oficinas temáticas e consultas públicas, para detectar problemas e potencialidades, junto à população da bacia”.

Já a etapa prognóstica é feita uma projeção de cenários, tendência de evolução do quadro atual, entre estes, aumento da oferta de água e de redução da demanda. “Por último temos a fase de Metas, Programas e Ações, na qual se encontra as proposições, estabelecimento das metas prioritárias, levantamento das intervenções desejadas e das fontes de recursos necessários, implementação, monitoramento, avaliação e revisão do Plano”, destacou.

Aconteceram no segundo trimestre deste ano, as oficinas de diagnóstico do Plano de Recursos Hídricos das bacias dos rios Verde e Jacaré (PRHVJ), realizadas pelo INEMA e pelo Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Verde e Jacaré (CBHVJ), nos municípios de Itaguaçu da Bahia, Canarana (Distrito de Salobro) e Gentio do Ouro. Os encontros atenderam aos objetivos de estabelecer um diálogo com a sociedade, referente aos problemas, conflitos e potencialidades relacionados aos recursos hídricos superficiais e subterrâneos das bacias.

As oficinas atraíram grande interesse, superando as expectativas do número de participantes para cada uma. Houve participação do Poder Público Federal, Estadual e Municipal, Usuários de Água, Sociedade Civil Organizada e de membros do CBHVJ, trazendo para construção destes instrumentos de planejamento o conhecimento e o saber popular das comunidades das bacias.



SEMA

Apoia o desenvolvimento dos 14 Comitês baianos

A gestão dos recursos hídricos da Bahia vem sendo uma das prioridades do Governo do estado. Ao longo de 2015, todos os 14 Comitês de Bacia Hidrográfica (CBH) estaduais receberam visitas regulares da Secretaria do Meio Ambiente (SEMA) e do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (INEMA).

Um dos principais temas discutidos durante as visitas aos CBHs é a cobrança pelo uso da água, ação que será implementada pelo estado. “O Governo do Estado da Bahia, é sensível às necessidades de implementação dos instrumentos de gestão da água de forma racional, sustentável e participativa. Com essa iniciativa, daremos um importante passo na busca da sustentabilidade”, destacou o titular da SEMA, Eugênio Spengler, durante reunião com o Comitê da Bacia Hidrográfica do Recôncavo Norte e Inhambupe (CBHRNI).

O tema também foi abordado durante o encontro com o CBH do Rio Grande, em Barreiras. “O estado pode arrecadar até R\$ 50 milhões por ano com essa iniciativa”, afirmou Spengler. “Parte desse recurso será investido na bacia cobrada, com obras voltadas para gestão da bacia hidrográfica, como restauração florestal, recuperação de nascentes, e manejo mais adequado de solo”.

Na ocasião, o titular da SEMA afirmou ainda que a perspectiva é concluir a discussão sobre a cobrança ao longo de 2016, definindo metodologias e critérios para aplicação. “Essa ação vai conferir racionalidade econômica e ambiental do uso da água; incentivar a melhoria dos níveis de qualidade dos efluentes lançados nos corpos de água; e contribuir para o desenvolvimento de projetos, programas e ações contempladas no Plano Estadual de Recursos Hídricos e nos Planos de Bacia Hidrográficas”.

Presente no encontro, o diretor de Águas do INEMA, Bruno Jardim, reforçou que a cobrança pelo uso dos recursos hídricos vai influenciar em uma mudança de postura em relação a sustentabilidade nas regiões onde haverá a cobrança. “Para que a iniciativa tenha êxito é preciso garantir ações de melhoria nas bacias hidrográficas que receberão recursos provenientes da cobrança”.

O presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Grande, Paulo Baqueiro, ressaltou que “as questões referentes aos recursos hídricos necessitam ser aprofundadas cada vez mais, e é de fundamental importância que a SEMA esteja próxima a essas iniciativas”.

Planos de bacia

Outro assunto constantemente abordado nas reuniões com os CBHs são a contratação dos planos de bacia, já em fase de finalização. “O que deve ser focado é o que queremos para a nossa bacia, qual o manejo de solo e agrícola necessário” afirmou o superintendente de Políticas e Planejamento Ambiental da SEMA, Edison Ribeiro, em visita ao Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Corrente e Riacho do Ramalho, Serra Dourada e Brejo Velho, no município de Santa Maria da Vitória. “O uso deve ser planejado, com racionalidade, estabelecendo os limites e pactuando este uso. O foco do plano de bacia e do plano de manejo está ligado às intervenções que serão feitas”.

A afirmação é compactuada pelo presidente do Comitê, Marcos Saraiva, que ressaltou a importância de uma agenda comum entre as instituições. “A presença da SEMA e do INEMA nessa reunião é importante para estreitarmos laços e desenvolvermos um diálogo ainda mais aberto”, disse.

O presidente do Comitê de Bacia do Itapicuru, Antônio Augusto Santana, salientou ainda a presença da SEMA nas discussões. “É de extrema importância estarmos hoje discutindo a conservação ambiental da nossa Bacia, e analisando formas de poder usufruir dela de forma sustentável”.

CBH

Os Comitês de Bacia contribuem para que todos os setores da sociedade, com interesse sobre a água na bacia, tenham representação e poder de decisão sobre sua gestão.

Entre as suas principais competências estão aprovar o Plano de Recursos Hídricos da Bacia, arbitrar conflitos pelo uso da água, em primeira instância administrativa, estabelecer mecanismos e sugerir, os valores da cobrança pelo uso da água.



COMITÊS DE BACIAS DO ESTADO DA BAHIA



12 Comitês de Bacias Hidrográficas Renovação eleitoral

Com o objetivo de contribuir para o fortalecimento, qualificação e ampliação da participação e controle social na gestão dos recursos hídricos no Estado, a Secretaria do Meio Ambiente (SEMA), o Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (INEMA), em ação conjunta com os Comitês de Bacias Hidrográficas (CBHs) promovem, este ano, o processo eleitoral para a renovação dos membros e diretoria de 12 Comitês da Bahia.

Estão em processo de renovação os CBHs do Rio das Contas; do Rio Corrente e Riachos do Ramalho, Serra Dourada e Brejo Velho; CBH do Rio Frades, Buranhém e Santo Antônio; CBH Recôncavo Norte e Inhambupe; CBH Leste; CBH do Paraguaçu; CBH Recôncavo Sul; CBH Rio Salitre; CBH do Lago do Sobradinho; CBH Grande; CBH Rios Paramirim e Santo Onofre; CBH Rios Peruípe, Itanhém e Jucuruçu.

A renovação dos membros dos Comitês é um momento estratégico para reafirmar a gestão participativa das águas na Bahia, pois garante assento dos representantes da sociedade civil organizada (ONGs, OSCIPs, sindicatos, associações, federações, instituições de ensino e de pesquisa, povos e comunidades tradicionais), do Poder Público Municipal (Poder Público Estadual e Federal não passam pelo processo eleitoral, suas entidades são indicadas pelo Comitê) e dos Usuários da Água (abastecimento urbano, irrigação, indústria, mineração, turismo, etc.). Os povos indígenas têm assento garantido nos comitês que abrangem territórios indígenas.

Para o coordenador de Interação Social do INEMA, Marivaldo Dias, os representantes assumem a responsabilidade da gestão na Bacia Hidrográfica onde moram, juntamente com o Estado. “Dado o momento de crise na questão hídrica, torna-se ainda mais relevante o processo de valorização dos Comitês. É preciso investir na democracia participativa e desenvolver experiências exitosas de controle social”, destacou.

Após o período de inscrições e divulgação da lista final de habilitados, que mobilizou cerca de mil pessoas nos 12 Comitês em renovação e mostrou a mobilização da sociedade civil pelo fortalecimento, teve início o processo de Plenárias Eleitorais, que



Plenária - Renovação CBHs



Renovação CBHs



vão até o dia 22 de julho. O primeiro CBH a receber a plenária foi Paraguaçu, que aconteceram nas cidades de Feira de Santana, Mucugê e Salvador.

Participante da plenária em Salvador, o engenheiro ambiental Thiago Hiroshi de Oliveira salientou a importância de serem realizadas eleições para mandatos de conselheiros. “Já era hora de trazermos essa renovação aqui para o Comitê. Os desafios que temos quando o assunto é proteção dos mananciais, como a cobrança dos recursos hídricos que estão em andamento agora. Isso tem que ser discutido em conjunto, com compromisso e conhecimento técnico desta questão. Nós temos os principais mananciais utilizados na Bahia para abastecimento público que abrangem a capital e região metropolitana do estado. Eles estão sofrendo muitas pressões por conta do avanço da cidade e urbanização, que ocorre sem planejamento e controle necessário. O papel do comitê é indispensável e a renovação trará novas pessoas comprometidas com essas grandes questões”, disse o engenheiro.

Segundo Eduardo Souza de Ataíde, da Comissão Eleitoral do CBH Recôncavo Norte Inhambupe, a participação popular é necessária para realização de trabalhos que contemplem os mananciais. “Existe muita demanda, sobretudo, na atividade industrial. É necessário que o poder público esteja presente através da implementação das políticas públicas, fomentando a participação de forma efetiva da sociedade civil organizada e do segmento de usuários. Isso fará com que a gestão integrada desses 3 segmentos possa otimizar o recursos que serão utilizados dentro da bacia hidrográfica”, apontou.

Fórum Baiano dos Comitês de Bacias Hidrográficas - FBCBH

O Fórum Baiano de Comitês de Bacias Hidrográficas - FBCBH é uma Instância Colegiada formada pelo conjunto dos Comitês de Bacias legalmente instituídos no âmbito do Sistema Estadual de Recursos Hídricos existentes no território do Estado da Bahia e Interestadual.

O FBCBH foi criado em 12 de julho de 2010 como uma instância de articulação política, que representa os comitês em âmbito estadual e nacional, com desafio de influenciar nas políticas públicas de recursos hídricos, o qual tem o papel de buscar o fortalecimento dos comitês com vistas à formulação de políticas públicas.

De acordo com a Coordenadora Executiva dos Colegiados Ambientais da Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SEMA), Mariana Mascarenhas, a criação do Fórum representa um esforço no sentido de aproximar as discussões de âmbito estadual e nacional sobre a gestão das águas. “Seguindo a linha de estados como Minas Gerais, São Paulo, Espírito Santo e Santa Catarina, que já possuem Fóruns, a Bahia pretende promover através deste espaço o exercício permanente de diálogo, articulação e busca de consenso de seus comitês. O Fórum é composto por três representantes de cada Comitê, legalmente constituídos no Estado da Bahia, sendo um de cada segmento”, finalizou.

No ano de 2016, o FBCBH atua no acompanhamento dos Planos de Bacias da Bahia: participação no XVIII Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas - ENCOB 2016 - que acontecerá de 03 à 08 de julho em Salvador - Bahia; processo de renovação eleitoral/2016 dos CBHS; das discussões sobre todas as barragens de rejeitos dos empreendimentos exploradores de minério no Estado da Bahia; discussão sobre infraestrutura mínima para a operacionalização dos comitês.

As competências e os objetivos gerais do Fórum Baiano de Comitês de Bacias Hidrográficas - FBCBHs são: articular os Comitês de Bacias Hidrográficas em nível estadual e interestadual, visando o fortalecimento dos mesmos como parte de Gerenciamento de Recursos Hídricos de forma descentralizada, integrada e participativa; facilitar a interlocução do conjunto dos Comitês com órgãos ou instituições regionais, territoriais, estaduais e federais, sem substituir ou suplantando o direito dos Comitês com estas instâncias; apoiar o desenvolvimento de debates sobre temas de importância estadual e interestadual para a gestão das águas; fomentar a troca de experiências dos diferentes CBHs constituídos; apoiar a formação de Comitês de Bacias Hidrográficas; acompanhar e divulgar as decisões do CONERH; divulgar informações gerais e disseminar informações técnicas, levantamento de fontes de financiamento e a identificação de oportunidades de projetos.





EM FOCO

8º FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA

1 Em 2018, Brasília irá sediar o maior e mais importante evento global sobre a água, o Fórum Mundial da Água. Conte-nos um pouco sobre como está sendo estruturado este grande evento.

Paulo Salles: Em 2015, após o anúncio oficial de Brasília como cidade sede do 8º Fórum Mundial da Água, o Conselho Mundial da Água, o Governo do Distrito Federal e o Governo Federal firmaram uma parceria por meio de um Memorando de Entendimento com vistas à preparação do 8º Fórum em março de 2018. Esse Memorando estabeleceu as bases do processo preparatório incluindo uma comissão organizadora paritária, o Comitê Diretivo Internacional (International Steering Committee – ISC), formada por membros internacionais e brasileiros e que representa a instância máxima de decisões para o Fórum. A Secretaria Executiva, sediada em Brasília, é responsável pela implementação das decisões. O Governo do Distrito Federal delegou à ADASA a responsabilidade de organizar e preparar o 8º Fórum Mundial da Água, e esta estabeleceu

um acordo de cooperação com a Associação Brasileira de Infraestrutura e Indústrias de Base (ABDIB) para, com o apoio do Governo Federal e da sociedade civil, realizar o Fórum. É um arranjo institucional complexo, que envolve representantes de diferentes níveis do governo, dos setores produtivos, dos Comitês de Bacia Hidrográfica, das Universidades, das associações profissionais, de ONGs, enfim, um amplo espectro de atores essenciais para garantir ampla cobertura dos temas relacionados com a água.

Os conteúdos do 8º Fórum estão sendo construídos por quatro Comissões: Temática, Política, Regional e a de Sustentabilidade. O processo Temático é responsável por definir quais serão os temas abordados no Fórum. Serão abordadas questões de saneamento básico, adaptação às mudanças climáticas, prevenção de eventos críticos (enchentes e secas), nexos entre água e alimentos, energia e ecossistemas (terrestres e aquáticos), gerenciamento integrado de recursos hídricos, capacitação e educação para a água, ciência e tecnologia, financiamento de infraestrutura hídrica, entre outras.

ENTREVISTA COM Paulo Salles

Diretor Presidente da ADASA - DF
Membro do Comitê Diretivo Internacional (CDI)
e do Bureau do CDI - 8º Fórum Mundial da Água



O processo Político envolverá tanto autoridades governamentais, para discutir diretrizes para políticas públicas, como membros do poder legislativo, que abordarão temas relacionados ao arcabouço legal e ao orçamento destinado a questões ligadas à água, nos níveis nacional, estadual e municipal (e equivalentes) de diversos países. Destaca-se aqui a proposta de criar um Parlamento Mundial da Água destinado ao acompanhamento continuado desses temas, apresentada pelo Brasil anteriormente e retomada agora no 8º Fórum.

O processo Regional abordará temas de interesse em cada continente, o que certamente terá vinculações com os demais processos. E o grupo focado em Sustentabilidade, de ação transversal, analisará como as políticas públicas sociais e econômicas e as práticas adotadas em relação aos temas do Fórum contribuem para o desenvolvimento sustentável.

Além desses processos, terá grande relevância o Fórum do Cidadão, espaço no qual a sociedade civil poderá expressar toda a diversidade de sentimentos, vivências,

experiências, opiniões, propostas, e tudo o que caracteriza as diversas manifestações culturais encontradas ao redor do mundo. Os Comitês de Bacia Hidrográfica terão grande destaque para demonstrar os esforços realizados no Brasil para compartilhar responsabilidades de gestão das águas entre sociedade, governo e setores produtivos.

Importante ressaltar que durante a fase preparatória haverá mecanismos diversos para que o ISC receba contribuições vindas da sociedade. Destacam-se o Fórum Virtual, uma plataforma web na qual estarão disponíveis documentos produzidos em Fóruns anteriores e novos, preparados para o 8º Fórum; e o Projeto Rumo a Brasília, que percorrerá cidades importantes mobilizando a sociedade local e regional para discutir seus problemas, apresentar propostas e questionamentos e outras manifestações que serão compiladas em Cartas, que serão enviadas ao Fórum. Finalmente, também compõem o 8º Fórum uma Feira e uma Exposição, nas quais serão apresentadas boas práticas, projetos de interesse geral, obras de arte e mostras culturais, equipamentos e inovações tecnológicas relacionadas à água.

2 Quais são os principais eventos previstos para a fase preparatória do 8º Fórum?

Paulo Salles: A primeira reunião do ISC ocorreu em Brasília nos dias 2 e 3 de maio. Neste encontro, a comissão organizadora do Fórum estabeleceu as principais diretrizes para o funcionamento da Secretaria Executiva e das Comissões, discutiu mecanismos para incorporar ao Fórum de Brasília as contribuições do 7º Fórum, realizado na Coreia, definiu as datas dos próximos eventos oficiais e das próximas reuniões do ISC, e analisou, em caráter preliminar, os temas que serão submetidos ao público para depois compor a agenda oficial do processo Temático. É consenso que os temas do Fórum terão relação direta com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, aprovados no final de 2015 pela ONU e subscritos pelo Brasil, particularmente no que se refere a metas e à adoção de indicadores de implantação.

O próximo evento é o lançamento mundial do 8º Fórum. Isso vai acontecer no 1º Encontro de consulta aos interessados, ou Kick off meeting, a ser realizado em Brasília nos dias 25, 26 e 27 de junho. Espera-se cerca de 400 participantes, brasileiros e estrangeiros, para ouvir as propostas iniciais das Comissões e discutir os temas do Fórum, aspectos da sustentabilidade, as principais linhas de abordagem dos processos Político e Regional e expectativas em relação ao Fórum do Cidadão.

O Kick off meeting pretende garantir a participação das principais instituições e partes interessadas na gestão das águas tanto do setor público, setor privado e sociedade civil. Interessados poderão se inscrever gratuitamente no site www.worldwaterforum8.org. As vagas são limitadas.

Nessa ocasião, também será lançado o 1º Anúncio do Fórum (First announcement), um documento que apresenta a história e os principais resultados do Fórum Mundial da Água até o momento, a proposta brasileira para o 8º Fórum, a importância e o significado do lema “Compartilhando

Água”, as principais características das fases preparatórias e da realização em março de 2018, além de outras informações sobre esse importante evento.

3 Como poderemos envolver o maior número de brasileiros nos processos preparatórios para o 8º Fórum de tal maneira a conseguirmos obter os melhores resultados na integração de boas práticas e das ações exitosas desenvolvidas hoje em nosso território na gestão de recursos hídricos?

Paulo Salles: Estão previstas várias ações de comunicação e campanhas de forma a sensibilizar e mobilizar os cidadãos, consideradas prioritárias para o 8º Fórum, além da promoção de encontros, discussões e debates, envolvendo os diferentes setores tradicionalmente vinculadas aos temas de água. Nesse sentido, pretendemos aproveitar todas as oportunidades oferecidas nos trabalhos de mobilização que Fóruns, Associações, Comitês de Bacia e outros colegiados já realizam. Os encontros, simpósios e congressos promovidos por associações de recursos hídricos, saneamento, engenharia sanitária e ambiental, e águas subterrâneas serão importantes momentos de divulgação e mobilização de público alvo do Fórum. As Confederações Nacionais da Agricultura e Indústria têm sido parceiros e apoiadoras do tema, além das universidades e centros de pesquisa, que deverão aportar conhecimentos e inovações importantes sobre a gestão sustentável das águas e boas práticas, uma excelente matéria prima para a Feira e Exposição do 8º Fórum.

A Rede Brasileira de Organismos de Bacia (REBOB) e o próprio Fórum Nacional dos Comitês de Bacia são importantes aliados neste esforço, por exemplo, oferecendo espaço na revista Águas do Brasil e no Encontro Nacional dos Comitês de Bacia, que anualmente reúne mais de 1.000 representantes dos mais de 200 Comitês de Bacia do país. Também a Seção Brasil – Membros brasileiros do Conselho Mundial da Água – da qual participam mais de 70



Instalação do CDI teve a presença do Governador Rollemberg, do Presidente do WWC Benedito Braga e do Diretor da ANA Paulo Varela.



CDI Comitê Diretivo Internacional - 8º Fórum Mundial da Água

instituições representativas da gestão das águas de todos os setores, tem acompanhado as sucessivas edições do Fórum Mundial da Água. Além da necessidade premente de envolver representantes dos nossos países vizinhos da América Latina, afinal este Fórum é o primeiro a ocorrer no Hemisfério Sul, temos a responsabilidade de receber todos os participantes latino-americanos. O Projeto Rumo a Brasília, nascido na Seção Brasil, promoverá seminários, eventos culturais e ações socioeducativas em cidades do Brasil e da América Latina, com o objetivo de incrementar a participação pública e destacar a importância da água na agenda política, mobilizando jovens lideranças, comunidades, autoridades e especialistas. Cada etapa do Rumo à Brasília vai tratar também da realidade local no que diz respeito à utilização da água, ao mesmo tempo em que geram conteúdo para o grande evento de 2018. Essa mobilização e articulação de entidades proverão as bases para o engajamento necessário e para ampliar o envolvimento dos brasileiros no 8º Fórum.

4 Qual são os principais legados esperados para o Brasil e para Brasília deste 8º Fórum Mundial da Água?

Paulo Salles: Não poderia haver momento mais oportuno para o Brasil sediar o Fórum Mundial da Água. Apesar de o país deter mais de 12% da água doce superficial do planeta, ainda temos muitos desafios a serem superados e o Fórum oferece muitas oportunidades para esse enfrentamento. Ainda são cerca de 35 milhões de brasileiros sem acesso à água potável e tratamos apenas 40% dos esgotos que geramos. Estamos enfrentando surtos de doenças veiculadas pela água, relacionadas à falta de saneamento básico. Além disso, estamos enfrentando eventos climáticos extremos cada vez mais frequentes e intensos, e precisamos nos adaptar cuidadosamente a essa nova realidade. Por um lado, nos dois últimos anos, assistimos a uma crise hídrica sem precedentes no Sudeste, período em



que 44 milhões de brasileiros tiveram problemas de acesso à água. Por outro, as enchentes vitimaram 25 pessoas na Grande São Paulo, em março de 2016. E não podemos deixar de citar aqui o maior desastre ambiental da história do país ocorrido no ano passado, quando 62 milhões de m³ de rejeitos de mineração foram lançados acidentalmente no rio Doce, causando a morte de animais e plantas deixando cerca de 800 mil pessoas sem água potável em 10 cidades de MG e ES.

Entretanto, registram-se avanços na gestão integrada de recursos hídricos, tais como o amadurecimento do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, a consolidação dos sistemas estaduais de gerenciamento de recursos, o fortalecimento e o maior envolvimento dos Comitês de Bacia Hidrográfica, e a maior aplicação dos instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos mostram que a Lei 9.433/1997 está sendo absorvida pelo país.

Os maiores legados que o 8º Fórum pode deixar para o país são, em minha opinião, pessoas sensibilizadas e mais conscientes e o reconhecimento da importância da água nas políticas públicas, pois, afinal, é um elemento essencial para a vida, para a justiça social e para a economia do país. No caso de Brasília, a cidade tem muito a ganhar com um evento do porte do 8º Fórum. São esperadas milhares de pessoas, antes, durante e depois do Fórum, o que irá beneficiar os setores de turismo, hotelaria, gastronomia e transporte. As iniciativas de gestão sustentável da água do Distrito Federal terão grande visibilidade internacional oportunizando parcerias, convênios e acordos com entidades internacionais. A troca de experiências e oportunidades de capacitação geram aprendizados importantes fortalecendo as instituições locais. Haverá ainda um esforço do Governo do Distrito Federal para desenvolver a educação científica e ambiental nas escolas e em outras instituições, com o objetivo de perpetuar uma nova visão dos brasilienses em relação à água. O 8º Fórum Mundial da Água, definitivamente, é um grande ativo para o Brasil!

Os maiores legados que o 8º Fórum pode deixar para o país são, em minha opinião, pessoas sensibilizadas e mais conscientes e o reconhecimento da importância da água nas políticas públicas.

O RIO QUE NOS UNE....

O Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paranapanema inova na construção e pactuação de seu Plano de Recursos Hídricos, criando oportunidades para que a sociedade se aproprie deste Instrumento de Gestão.



A elaboração deste Plano obedece aos fundamentos, objetivos e diretrizes da Lei Federal 9.443/97, mas vão além, num robusto arranjo institucional que envolve a Agência Nacional de Águas (ANA), as instituições que compõem o CBH-Paranapanema e os seis comitês de bacias afluentes instalados na Bacia, com o apoio dos órgãos gestores de recursos hídricos de São Paulo e do Paraná.

A Bacia Hidrográfica do Rio Paranapanema se destaca por unir dois importantes estados, São Paulo e Paraná. Em sua área estão instalados 6 Comitês de Bacias Hidrográficas de âmbito Estadual, 3 em São Paulo e 3 no Paraná. A Bacia Hidrográfica possui um acervo ambiental preservado, principalmente em suas porções altas, onde estão as nascentes do Rio Paranapanema, com uma população expressiva com mais de 5 milhões de habitantes, distribuídas em 247 municípios.

Presença marcante no cenário econômico, possui intensa atividade agrícola, alto potencial turístico e é responsável por 5% da produção hidroelétrica nacional.

Instalado em dezembro de 2012, o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paranapanema tem como agenda prioritária, desde 2014, a construção e pactuação do Plano Integrado de Recursos Hídricos-PIRH Paranapanema.

Após a elaboração das etapas de Diagnóstico e Prognóstico, em um processo participativo e integrado, o CBH-Paranapanema está iniciando a elaboração do Plano de Ação, etapa na qual é fundamental continuar a estabelecer e fomentar diálogos para sua elaboração e, especialmente, para a construção de pactos para a plena execução do PIRH-Paranapanema, na perspectiva de, assim, garantir a sustentabilidade dos recursos hídricos, com os benefícios sociais e ambientais decorrentes. Dentro desta proposta, para que o Plano tenha aderência e a apropriação do mesmo pela sociedade, encontros setoriais estão sendo realizados como estratégia que propicie um ambiente de troca de informações e conhecimentos, mantendo os representantes motivados e mobilizados durante o processo de elaboração do Plano, e principalmente para a sua implementação após a aprovação pelo Comitê.

Contribuindo com estas estratégias acrescenta-se a contratação, pela Agência Nacional de Águas, de um Plano de Comunicação, o 1º no País contratado para dar suporte a elaboração do PIRH, na mobilização e em ações de comunicação, indispensáveis em um processo participativo.

Outro diferencial do PIRH Paranapanema é a integração dos resultados do diagnóstico por meio de agendas temáticas. Essa estratégia fornece um panorama geral da bacia de forma integrada entre diferentes temas que interferem em sua dinâmica, possibilitando a comparação desses resultados entre as diferentes Unidades de Planejamento Hídrico. Basicamente, a maneira como as agendas temáticas foram elaboradas possibilitou uma visão simplificada e de fácil compreensão das informações relevantes sobre a bacia, fundamentadas no diagnóstico realizado e em um formato uniformizado de classificação, favorecendo a realização de análises integradas e comparativas entre os temas e as unidades de planejamento hídrico.

1º ENCONTRO DE PREFEITOS DO PARANAPANEMA LANÇADO O MOVIMENTO PELAS ÁGUAS DO PARANAPANEMA

A participação dos municípios, gestores do uso dos espaços urbanos e titulares dos serviços de saneamento ambiental nos seus territórios, tem sido priorizada pelo CBH Paranapanema e é de fundamental importância para que haja uma perfeita integração entre as três instâncias de governo municipal, estadual e federal. A exemplo do que já acontece nos Comitês de Bacias Paulistas, o CBH Paranapanema tem incentivado a participação dos prefeitos municipais no Comitê.

Neste sentido, Prefeitos de mais de 55 municípios se reuniram no 1º. Encontro de Prefeitos da Bacia Hidrográfica do Rio Paranapanema, realizado em março deste ano, em Londrina (PR). Este foi o primeiro evento do gênero realizado pelo Comitê, promovendo a integração dos

prefeitos municipais na área de atuação de 6 Comitês de Bacias afluentes (Pontal do Paranapanema, Médio Paranapanema e Alto Paranapanema em São Paulo e Piraponema, Rio Tibagi e Norte Pioneiro no Paraná), e do CBH-Paranapanema, buscando a participação efetiva e envolvimento dos representantes do poder público municipal com a agenda água.

Organizado por iniciativa dos Prefeitos, o encontro buscou sensibilizar e criar a oportunidade de articulação permanente dos prefeitos, destacando o papel estratégico dos municípios na definição de metas e ações prioritárias, que devem apontar soluções para os problemas diagnosticados no PIRH Paranapanema, que em grande parte estão relacionados com o saneamento e a erosão urbana e rural.

O envolvimento dos municípios deve fortalecer a articulação política do Comitê, viabilizando recursos financeiros para que as soluções apontadas no PIRH possam ser realmente efetivadas. Por fim, durante o Encontro foi lançado o Movimento pelas Águas do Rio Paranapanema, sendo deliberado pelos Prefeitos Municipais a criação de uma instância de articulação política no âmbito do Comitê.

A criação desta instância, para apoiar o CBH Paranapanema, será fundamental para a implementação do PIRH Paranapanema, que deve ser aprovado pelo Comitê até setembro deste ano.

Mais do que uma divisa estadual, o rio Paranapanema é um eixo de integração entre duas regiões homogêneas – as vertentes paulista e paranaense apresentam grande identidade, tanto social quanto cultural e principalmente econômica. É usado para abastecimento, irrigação, navegação, geração de energia elétrica, criação de peixes, lazer, entre outros múltiplos usos.



Por do Sol - Rio Paranapanema em Nantes-SP



CBH Paranapanema - Encontro de Prefeitos



CBH Paranapanema - Posse dos Membros

REDE UNIPARANAPANEMA

É necessário fortalecer a integração existente entre o Comitê e as Instituições de Ensino Superior que atuam na Bacia Hidrográfica do Rio Paranapanema.

A participação das instituições de ensino superior na gestão das águas na Bacia do Rio Paranapanema sempre foi muito marcante, contribuindo desde a elaboração dos estudos preliminares para a instalação do comitê bem como na elaboração do PIRH Paranapanema.

Com o objetivo de articular e mobilizar a comunidade acadêmica, ampliando esta participação no CBH Paranapanema, foi realizado em Presidente Prudente/SP, o 1º Seminário das Instituições de Ensino Superior da Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Paranapanema.

Com a participação de 14 instituições de Ensino Superior, durante o seminário foi proposta a criação da Rede UniParanapanema, a ser instituída objetivando fortalecer a integração existente entre o CBH Paranapanema e as Instituições de Ensino Superior que atuam na UGRH Paranapanema.

Espera-se que no futuro a região do Paranapanema tenha uma rede de universidades articuladas em ações de ensino, pesquisa e extensão universitária que contribua para a produção de conhecimentos específicos desta bacia (em seus múltiplos aspectos – naturais, sociais, econômicos, culturais, etc) e para sua divulgação e apropriação pela sociedade, na perspectiva de construção conjunta do desenvolvimento sustentável.

Esta Rede articulada ao CBH Paranapanema, deve propor cursos, pesquisas, ações extensionistas voltadas, em especial à superação de lacunas de conhecimento, já identificadas na etapa do diagnóstico do PIRH, bem como voltadas à capacitação.

A criação dessa rede deverá ser alcançada ao longo do tempo, em um processo de envolvimento, esclarecimento e estabelecimento de ampla interlocução entre as Instituições e o CBH Paranapanema.

Inicialmente será proposta a criação de um Grupo de Trabalho das Instituições de Ensino Superior (GT-IES) junto ao Comitê, estabelecendo uma agenda de trabalho, para definir prioridades de ação, que estejam em sintonia com os objetivos e finalidades da gestão das águas do Paranapanema.

RELATÓRIO FOTOGRÁFICO E SOBREVOO NO PARANAPANEMA

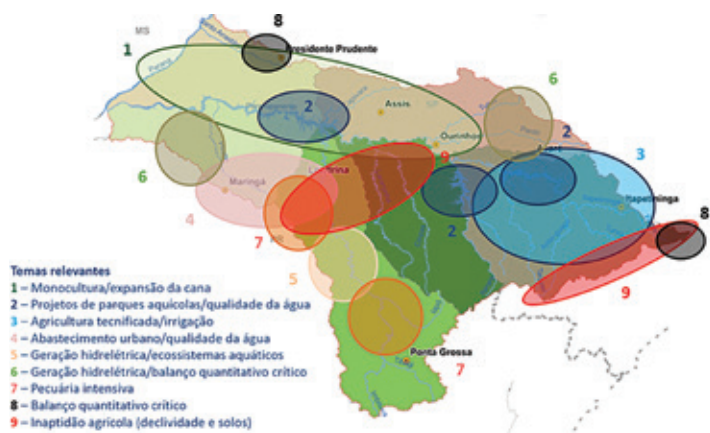
É FUNDAMENTAL PARA A GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS CONHECER A BACIA HIDROGRÁFICA

Como parte do diagnóstico do PIRH Paranapanema, técnicos da Agência Nacional de Águas - ANA e do CBH Paranapanema realizaram um sobrevoo em toda a Bacia Hidrográfica do Rio Paranapanema. Foram mais de 12 horas de voo, que teve por objetivo a confirmação dos dados de uso e ocupação dos solos, levantados durante a execução do Diagnóstico, primeira etapa do PIRH Paranapanema.

Mais do que confirmar os dados levantados e disponibilizar um grande acervo fotográfico sobre a Bacia Hidrográfica, o sobrevoo lançou luz a novos aspectos ainda não verificados, tais como o grave problema das erosões, com



forte transporte de sedimentos pelos rios e o problema da eutrofização dos reservatórios do Rio Paranapanema, destacando o Reservatório de Capivara. Maiores informações sobre o sobrevoo, com a série de fotos obtidas, estão disponíveis no site: www.paranapanema.org/ugrh/sobrevoo.



EU SOU PARANAPANEMA

O CBH-Paranapanema tem feito um grande esforço para desenvolver com celeridade e responsabilidade técnica os trabalhos de elaboração do seu PIRH e sob os aspectos fundamentais para tanto, duas grandes etapas já se encontram concluídas: o Diagnóstico da Bacia Hidrográfica, constituído pela integração de Notas Técnica elaboradas pela Agência Nacional de Águas - ANA, com o apoio dos órgãos gestores do Paraná - AGUASPARANÁ e de São Paulo - DAEE; e o Prognóstico estabelecido a partir de um processo de cenarização para os próximos anos.

O ano de 2016 traz o desafio de finalizar o PIRH com um Plano de Ações viável, realista, na busca da solução para os problemas e potencialização das virtudes apontadas nas etapas anteriores. Um PIRH que não se encerra em si, mas sim, vai alavancar a busca da realização plena das iniciativas necessárias para tornar as águas do Paranapanema em um fator de desenvolvimento econômico, equidade social e equilíbrio ambiental no território em que elas transitam.

EU SOU PARANAPANEMA. este é o sentimento que vem mobilizando e integrando o CBH Paranapanema, fortalecendo um grande Movimento pelas águas e instituindo uma rede de saberes pelo Rio Paranapanema. Visite www.paranapanema.org



Enga. Suraya Modaelli
Secretária Executiva Adjunta do
CBH Paranapanema



Prof. Dr. Emilio Carlos Prandi
Coordenador da CTPA/Médio Paranapanema
e Membro do GT Plano

PROGES

AVANÇOS E DESAFIOS

O Progestão é o Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão das Águas. Foi regulamentado por meio da Resolução ANA nº 379/2013 e baseia-se no princípio do pagamento por alcance de metas, a partir da adesão voluntária das unidades da federação. É desenvolvido pela Agência Nacional de Águas (ANA) em apoio aos Sistemas Estaduais de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SEGREHs) que integram o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH), tendo como objetivos:

- I. Promover a efetiva articulação entre os processos de gestão das águas e de regulação dos seus usos, conduzidos nas esferas nacional e estadual; e
- II. Fortalecer o modelo brasileiro de governança das águas, integrado, descentralizado e participativo.

Para o cumprimento de seus objetivos, o Programa aporta recursos orçamentários da ANA, na forma de transferência pelo alcance de metas acordadas entre a ANA e as entidades estaduais, sendo interveniente o Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH). As metas, concebidas em ciclos quinquenais de proposição e de avaliação, incluem:

- I. Metas de cooperação federativa, definidas pela ANA com base em normativos legais ou de compartilhamento de informações, comuns a todas as unidades da federação; e
- II. Metas de gerenciamento de recursos hídricos em âmbito estadual, selecionadas pelos órgãos gestores e aprovadas pelos respectivos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos, a partir da tipologia de gestão escolhida.

A participação no Progestão é voluntária e se dá por meio de edição de Decreto específico do Governador do Estado ou do Distrito Federal, indicando a Entidade responsável pela coordenação da implementação do programa. A entidade indicada deverá integrar a estrutura da administração pública estadual, bem como deter competências legais relacionadas à implementação da política de recursos hídricos no âmbito estadual.





Passados três anos da criação do Progestão, todos os estados e Distrito Federal aderiram ao programa e assinaram contrato com a ANA. Enquanto algumas Unidades da Federação (UFs) celebraram seus contratos em 2015 e 2016 – caso do Amapá, São Paulo e Distrito Federal – outros estados já encerram o programa em dezembro de 2016.

O Quadro 1, a seguir, ilustra os ciclos do Progestão em cada UF.

OBS: Estados com “XX” adotaram o 1º e 2º períodos de certificação no mesmo ano.

ESTADO	CICLO	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Alagoas	2013 - 2016	XX	X	X	X			
Goiás	2013 - 2016	XX	X	X	X			
Mato Grosso	2013 - 2016	XX	X	X	X			
Paraíba	2013 - 2016	XX	X	X	X			
Paraná	2013 - 2016	XX	X	X	X			
Piauí	2013 - 2016	XX	X	X	X			
Rio de Janeiro	2013 - 2016	XX	X	X	X			
Rondônia	2013 - 2016	XX	X	X	X			
Sergipe	2013 - 2016	XX	X	X	X			
Acre	2013 - 2017	X	X	X	X	X		
Amazonas	2013 - 2017	X	X	X	X	X		
Maranhão	2013 - 2017	X	X	X	X	X		
Mato Grosso do Sul	2013 - 2017	X	X	X	X	X		
Rio Grande do Norte	2013 - 2017	X	X	X	X	X		
Rio Grande do Sul	2013 - 2017	X	X	X	X	X		
Bahia	2014 - 2017		XX	X	X	X		
Espírito Santo	2014 - 2017		XX	X	X	X		
Pernambuco	2014 - 2017		XX	X	X	X		
Tocantins	2014 - 2017		XX	X	X	X		
Ceará	2014 - 2018		X	X	X	X	X	
Minas Gerais	2014 - 2018		X	X	X	X	X	
Pará	2014 - 2018		X	X	X	X	X	
Roraima	2014 - 2018		X	X	X	X	X	
Santa Catarina	2014 - 2018		X	X	X	X	X	
Amapá	2015 - 2019			X	X	X	X	X
São Paulo	2015 - 2019			X	X	X	X	X
Distrito Federal	2016 - 2019				XX	X	X	X

Quadro 1. Adesão ao Progestão e respectivos períodos de avaliação.

Desde 2013, já foram transferidos, no âmbito do programa, montante superior a R\$ 39 milhões, como pode ser observado na Figura 1 a seguir.

Destaca-se que, de acordo com cláusulas contratuais, esses recursos devem ser aplicados exclusivamente em ações de gerenciamento de recursos hídricos e de fortalecimento dos Sistemas Estaduais de Gestão de Recursos Hídricos.

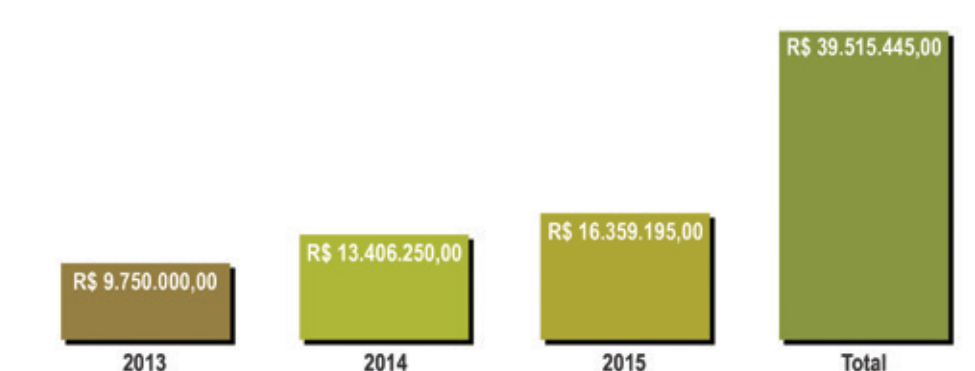


Figura 1. Valores anuais e total transferidos no âmbito do Progestão.

O programa fomenta o compartilhamento de informações dos estados com a União, destacando-se a disponibilização de dados referentes às outorgas vigentes e ao monitoramento da qualidade da água que subsidiam a elaboração do Relatório de Conjuntura dos Recursos Hídricos, publicado anualmente pela ANA.

Destacam-se também os esforços dos estados para o cumprimento da meta relativa ao compartilhamento das informações referentes aos usuários de recursos hídricos de domínio estadual, no âmbito do Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos (SNIRH), por meio do Cadastro Nacional dos Usuários de Recursos Hídricos (CNARH), com base na Resolução nº 126 de 2011 do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH).

Conforme demonstrado na Figura 2 abaixo, pode se observar que, dos 19 estados que aderiram ao Progestão até 2014, somente cinco atenderam a meta do CNARH, enquanto em 2015 sobe para 13 o número de estados que atinge esta meta, do total de 24 que aderiram ao programa. Por outro lado, em 2015 somente um estado não obteve sucesso nesta meta, evidenciando o avanço no compartilhamento das informações de usuários de recursos hídricos com a União, alavancada pelo Progestão.

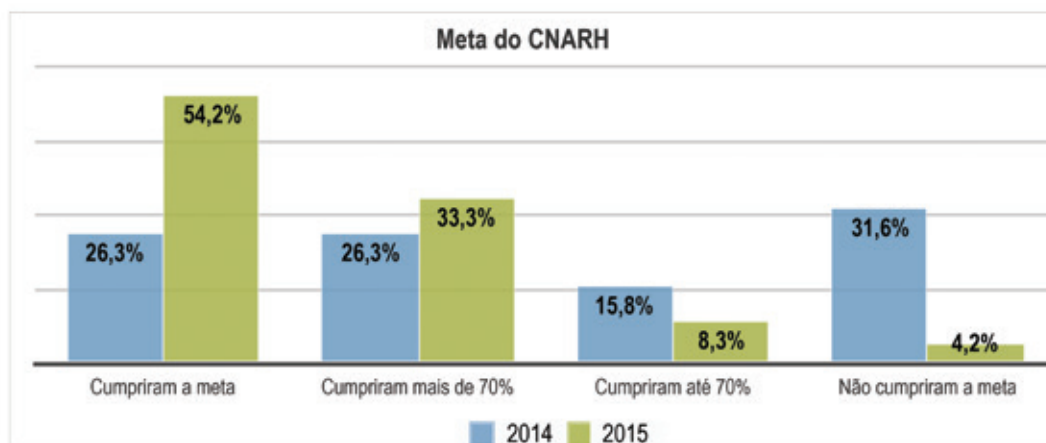


Figura 2. Cumprimento da meta do CNARH pelos estados.

Diversas reuniões e videoconferências com a ANA, além de contratações realizadas no âmbito dos estados demonstram o esforço dos órgãos gestores na atualização de seus cadastros de usuários com vistas a se alcançar uma base de dados confiável e com consistência necessária para subsidiar a emissão de outorgas, uma tarefa que se configura um desafio para diversos estados. Cabe registrar que em estados como Acre, Amapá, Amazonas e Mato Grosso do Sul, onde a outorga ainda

não era praticada, teve início o cadastramento dos usuários pelo CNARH, bem como a implementação de normativos necessários, e o instrumento já é adotado nos estados do Acre e Mato Grosso do Sul.

Com relação à prevenção de eventos críticos, outra meta do programa, ressalta-se o incentivo do Progestão à adequada operação das salas de situação nos estados, com a exigência de realização das manutenções corretivas de forma a garantir desempenho satisfatório na transmissão de dados das estações da Rede de Alerta, com disponibilização de informações às instituições pertinentes para a tomada de decisão. Neste sentido os estados buscam organizar suas equipes, já tendo sido publicados os Manuais Operativos das Salas de Situação em 24 UFs. Entretanto, alguns vêm cumprindo parcialmente a meta referente à produção dos boletins, mostrando que o funcionamento e a manutenção das Salas de Situação, integrada com os órgãos de defesa civil com o objetivo de alertar sobre a ocorrência de eventos críticos, ainda permanece como um desafio.

A meta referente à atuação para segurança de barragens, a partir de exigências da Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB) instituída em 2010, constitui-se ainda

em grande desafio para diversos estados. O cumprimento desta meta tem favorecido o preenchimento do Relatório Anual de Segurança de Barragens e, consequentemente, melhorado a atualização do Sistema Nacional de Informações em Segurança de Barragens (SNISB). Algumas iniciativas, como a realização de oficinas de intercâmbio de experiências práticas voltadas a este tema, vêm sendo incentivadas com vistas a capacitar os estados para atuar em segurança de barragens.

Neste sentido o Progestão atua na orientação da regulamentação da PNSB no âmbito do estado, além de promover a atuação dos estados para esse fim. No Relatório Anual de Segurança de Barragens, elaborado pela ANA em 2014, foi constatado que “triplicou o número de barragens de usos múltiplos classificadas quanto ao risco no período. Isto se deu, principalmente, em função do atendimento à Meta 1.5 do PROGESTÃO - Atuação para Segurança de Barragens, por parte dos estados”.

A Figura 3, extraída do Relatório de Segurança de Barragens 2014, ilustra os avanços na classificação das barragens de usos múltiplos quanto ao Dano Potencial Associado (DPA) e quanto ao Risco, fiscalizadas pelos estados entre 2013 e 2014.

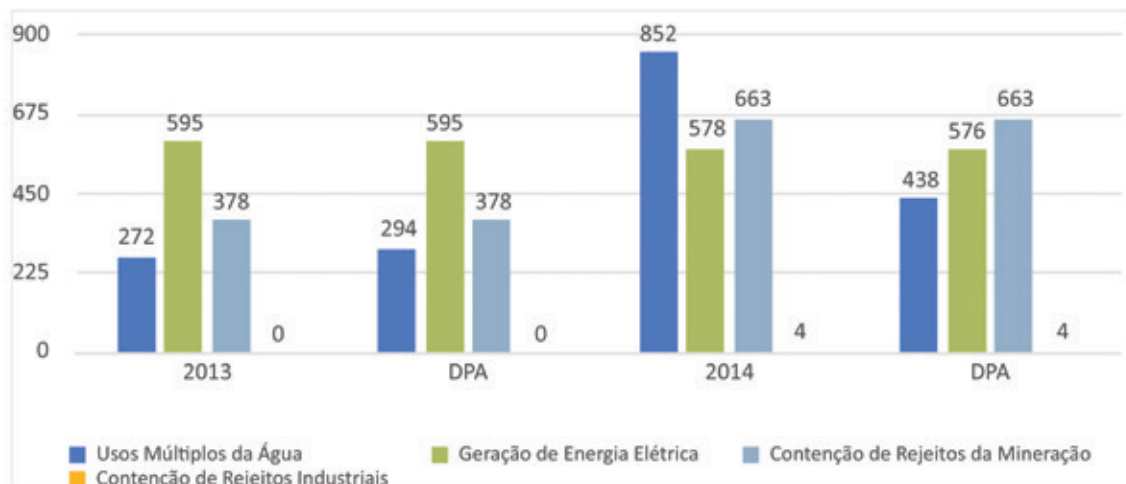


Figura 3. Evolução do número de barragens classificadas segundo seus usos principais / Fonte: ANA Relatório de Segurança de Barragens, 2014

Com relação às metas de gerenciamento em âmbito estadual, cabe registrar o desafio da implantação e atualização da emissão de outorgas de direito de uso dos recursos hídricos, seja para captação de água ou para o lançamento de efluentes. Enquanto alguns estados ainda não contam com esse instrumento implantado, outros não o implementam de forma qualificada ou não emitem outorga para lançamento de efluentes, sendo necessário a normatização deste instrumento até sua efetiva operacionalização pelo órgão gestor. Em muitos estados, apesar da existência do instrumento, há um grande passivo de outorgas a serem regularizadas.

De maneira geral constata-se que outro grande desafio enfrentado pelos estados é a falta de pessoal lotado nos órgãos responsáveis pelo gerenciamento de recursos hídricos. Alguns estados vêm buscando soluções temporárias, como é o caso do Mato Grosso do Sul que celebrou um Acordo de Cooperação Técnica entre o Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul (IMASUL) e a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado (FUNDECT) com

o objetivo de alocar bolsistas para trabalharem diretamente no cumprimento das metas do Progestão. Foi alocado um total de 14 bolsistas de diversas especialidades, entre graduandos e pós graduados. Outros estados como Maranhão e Alagoas, além da Paraíba e Rio Grande do Norte, aplicam parte expressiva dos recursos repassados do Programa na contratação de pessoal terceirizado para o desenvolvimento das metas, como pode se observar na Figura 4 que mostra os tipos de despesas realizadas pelos estados no âmbito do Progestão.

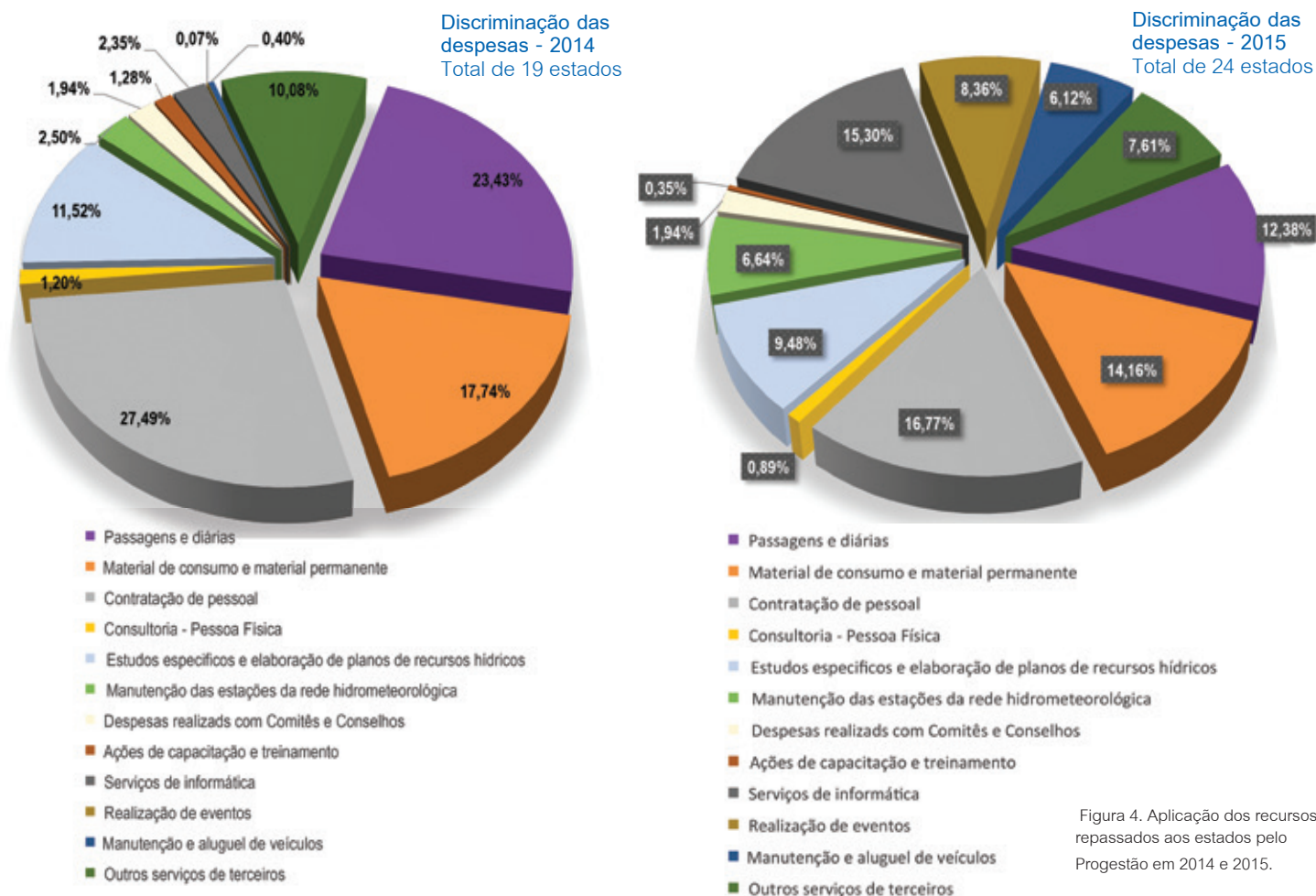


Figura 4. Aplicação dos recursos repassados aos estados pelo Progestão em 2014 e 2015.

Observa-se que a aplicação dos recursos do Progestão ocorrem de forma concentrada na contratação de pessoal, e em despesas com diárias e passagens e material de consumo e permanente. As diárias e passagens foram usadas principalmente para capacitações externas e trabalhos de campo necessários para a gestão dos recursos hídricos dos estados.

Cabe ainda destacar, na implementação do Progestão, um maior envolvimento e compreensão do processo de gestão de recursos hídricos por parte dos membros dos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos (CERHs) que são intervenientes dos contratos e têm papel relevante no acompanhamento e aprovação das metas estaduais pactuadas.

Apesar de todos os desafios, é inegável os esforços que vêm sendo empreendidos nos estados de articulação com os CERHs e demais órgãos estaduais, bem como da participação em reuniões, cursos de capacitação e videoconferências buscando apoio para o alcance das metas do Programa. Percebe-se assim um maior comprometimento dos órgãos gestores com a melhoria do gerenciamento dos recursos hídricos no âmbito dos estados e no compartilhamento de informações com a União.

Finalmente, registra-se que os primeiros estados que aderiram ao Progestão estão finalizando seus contratos em dezembro de 2016. Por este motivo, foi constituído um Grupo de Trabalho (GT), coordenado pela Superintendência de Apoio ao SINGREH da ANA (SAS/ANA), para promover a avaliação do programa e propor a sua continuidade. Em parceria com o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) está em andamento um projeto de avaliação da implementação do Progestão com vistas ao seu aperfeiçoamento. Para tanto o IPEA vem utilizando a metodologia do Modelo Lógico (Martha Cassiolato e Simone Guerres. NOTA TÉCNICA – IPEA. Como elaborar Modelo Lógico: roteiro para formular programas e organizar avaliação. Brasília, setembro/2010) buscando identificar entre outros o problema principal que o programa quer resolver, conforme mostra a Figura 5.

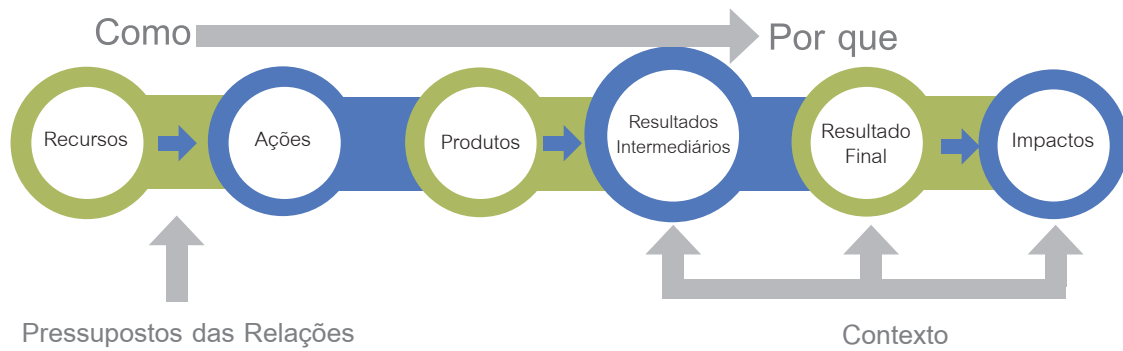


Figura 5. Metodologia do Modelo Lógico utilizada pelo IPEA / Fonte: Termo de Execução Descentralizada entre ANA e IPEA

Outra frente de avaliação será efetivada por meio de pesquisa DELPHI voltada a uma análise das metas de gerenciamento dos recursos hídricos em âmbito estadual, tendo sido contratado um consultor para elaborar os questionários e aplicar a metodologia com os diversos atores envolvidos no Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos (SINGREH), principalmente órgãos gestores, membros dos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos e de Comitês de Bacia, além de representantes das universidades e instituições de pesquisa, entre outros. Ao total serão enviados em torno de 500 questionários para serem respondidos pelos atores. Além disso, reuniões internas estão sendo realizadas com as diversas Unidades Organizacionais da ANA para melhor definir e avaliar os critérios e instrumentos de avaliação das metas de cooperação federativa.

Conforme reconhecido pela própria Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE em estudo publicado sobre o tema em 2015, o “Pacto e o Progestão são um claro avanço na promoção das interações entre a ANA e as instituições de gestão dos recursos hídricos em nível estadual”. Dentre as recomendações apontadas no referido documento, destaca-se a necessidade do Programa não ficar restrito a um mero mecanismo de fortalecimento do estado na gestão dos recursos hídricos, devendo também ser considerado como um instrumento de “desenvolvimento institucional” em geral, assegurando que os resultados do Pacto se traduzam em ação pública. Nessa perspectiva, considera-se fundamental a apresentação de uma proposta de continuidade do Programa, levando-se em conta o processo avaliativo acima referido para o seu aperfeiçoamento e a necessidade da consolidação de seus resultados e ampliação dos seus benefícios, num horizonte superior a cinco anos.

Apesar de todos os desafios, é inegável os esforços que vêm sendo empreendidos nos Estados, de articulação com os CERHs e demais órgãos estaduais.

Humberto Cardoso Gonçalves
Superintendente de Apoio ao Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos da Agência Nacional de Águas (ANA)

Brandina de Amorim
Especialista em Recursos Hídricos da ANA

Ludmila Alves Rodrigues
Coordenadora de Apoio e Articulação com o Poder Público da ANA

PROGESTÃO



TRAGÉDIA QUE DEIXA MARCAS E NOS UNE AINDA MAIS PARA CUIDAR E PRESERVAR O RIO DOCE

A história da Bacia Hidrográfica do Rio Piranga, assim como a dos moradores das cidades atingidas pela lama e daqueles que de alguma forma dependiam do Rio Doce economicamente, socialmente e até culturalmente, foi alterada de forma drástica após o rompimento da barragem da empresa Samarco, na região de Mariana/ MG, no dia 5 de novembro de 2015. A tragédia, que causou não só perdas materiais, mas a morte de 18 pessoas e o desaparecimento de uma vítima será para sempre lembrada por sua magnitude.

Logo após o fato, ainda não tínhamos a dimensão dos impactos e nem sabíamos qual seria o comportamento da onda de rejeitos. O distrito de Bento Rodrigues foi isolado e, apesar de termos notícias de que o material atingia as áreas como uma avalanche, só pudemos ter ideia do estrago após sobrevoarmos as áreas afetadas. A apreensão tomava conta de todos os moradores da Bacia do Rio Piranga – local do acidente – e daqueles que viviam em cidades margeadas pelo Rio Doce à medida que a lama atingia o leito do manancial.

Os Comitês da Bacia do Rio Doce acompanharam todo o processo de evolução da onda de rejeitos, que, dia a dia, alterava o cenário das regiões atingidas. Pela dificuldade em prever o comportamento do material resultante do rompimento da barragem de Fundão, cada notícia recebida era previamente confirmada com órgãos oficiais antes de ser divulgada para a imprensa e em nossos canais de comunicação. Uma orientação foi emitida pelo Comitê às empresas prestadoras de serviço de

saneamento básico recomendando a interrupção da captação de água no Rio Doce após a passagem do rejeito, devido à incerteza da qualidade do recurso e o risco de contaminação das comunidades. Foi preciso cautela para garantir que a população recebesse notícias corretas e que não fosse instalado um sentimento de pânico. Pela transparência e o compromisso em prezar pela autenticidade dos dados divulgados, o CBH-Doce se tornou fonte recorrente da imprensa nas reportagens relacionadas à tragédia, o que resultou no fortalecimento do colegiado e reconhecimento por parte da população.

Ao percorrer o Rio Doce, do encontro entre Rio Gualaxo, do Carmo e Piranga até o encontro com o mar, o rejeito causou, entre outros prejuízos, a mortandade de espécies da ictiofauna, a devastação de matas ciliares e nascentes, a deposição de sedimentos no leito do rio e um aumento nunca antes observado da turbidez da água – o que impediu que prestadoras de serviços de saneamento básico captassem água no rio, gerando um colapso no abastecimento de inúmeras cidades.

O episódio nos mostrou quão despreparados estamos para eventos dessa natureza – não só a gente, enquanto Comitê de Bacia, mas também o poder público, a defesa civil e a própria mineradora. Porém, foi capaz de despertar em todo o Brasil um sentimento forte de solidariedade, que foi manifestado através da doação de água mineral, roupas e até contribuições em dinheiro. Os olhares se voltaram à Minas Gerais, provocando um debate em relação à maneira utilizada para o armazenamento dos resíduos produzidos através da extração de minério de ferro.

O que preocupa o CBH-Piranga e toda a bacia é que, segundo dados da Agência Nacional de Águas (ANA) e do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), existem mais 600 barragens no país e 16 delas são consideradas inseguras, sendo que uma está localizada em Ouro Preto/MG, município da Bacia do Rio Doce. Por isso, para que situações como essa não voltem a se repetir, os Comitês de Bacia apoiam iniciativas como a do Ministério Público, que apresentou um projeto de lei intitulado “Mar de lama nunca mais”, que prevê, entre outros pontos, a maior participação da população em ações de recuperação das áreas afetadas e o aumento da segurança em barragens de rejeito.

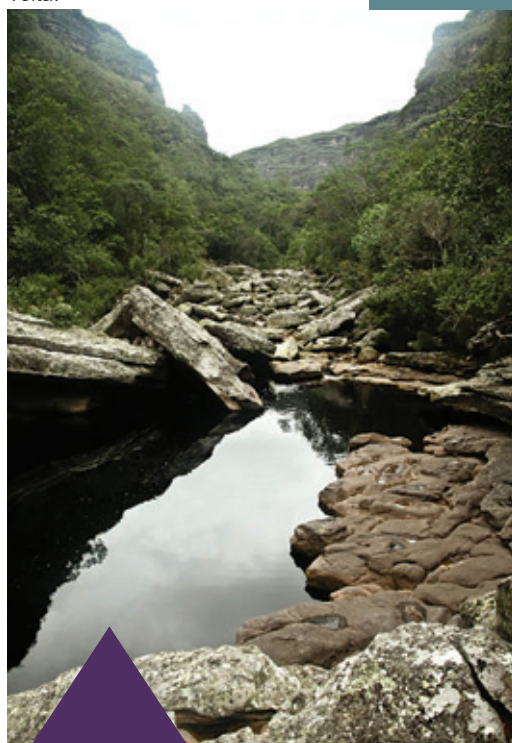
Além disso, o colegiado acredita na força do diálogo e na importância dos Comitês, que são compostos pelo poder público, pela sociedade civil e, inclusive, pelas empresas que retiram água em nossos mananciais – categoria em que se encaixam as mineradoras.

Durante a tragédia, foram realizadas reuniões periódicas promovidas pelo CBH-Piranga e demais Comitês da Bacia do Rio Doce, quando foram convidadas autoridades ligadas à gestão de recursos hídricos, especialistas ambientais e a comunidade, a fim de que, por meio da interlocução entre os setores e as comunidades afetadas, fossem encontradas alternativas para minimizar os efeitos da contaminação do rio pelo rejeito.

O processo foi acompanhado de perto também por membros do Fórum Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas (FNCBH) e pela Rede de Organismos de Bacias Hidrográficas (REBOB), que se mostraram não só solidários, mas atentos e preocupados com a questão das barragens de rejeitos no Brasil.

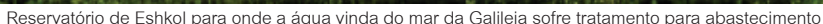
É importante ressaltar que o Rio Doce já se mostrava fragilizado antes do acidente, em função, entre outros pontos, do grande volume de esgoto despejado no manancial e da deposição de sedimentos resultantes da pouca cobertura vegetal. Por isso, o CBH-Piranga e os demais colegiados da Bacia do Rio Doce já realizavam trabalhos para a recuperação do rio, como o Programa de Universalização do Saneamento – que investiu cerca de R\$21 milhões na elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico de municípios da bacia -, o Programa de Incentivo ao Uso Racional da Água na Agricultura – que financiou a instalação de um equipamento que orienta a periodicidade e quantidade de água utilizada na irrigação de lavouras, registrando índices de até 70% de economia de água – e o Programa de Recomposição de APPs e Nascentes – que prevê o reflorestamento de áreas de recarga e cercamento de nascentes.

Apesar da gravidade dos fatos, o que nós do CBH-Piranga, do CBH-Doce e demais Comitês da bacia queremos é deixar uma mensagem de esperança e incentivar a comunidade a acreditar que é possível recuperar o Rio Doce e torná-lo ainda melhor do que ele era. Por isso, foi lançada, em fevereiro desse ano, a campanha “O Doce não morreu”, com o objetivo de fortalecer as nossas ações por meio da parceria com a população, que deve acreditar que, através da união de esforços, teremos o Rio Doce de volta!



Carlos Eduardo Silva
1º vice-presidente do CBH-Doce e presidente do CBH-Piranga
Relato de quem viveu o momento de angústia e trabalha para ajudar na melhoria da qualidade e quantidade de água do Rio Doce

A B
ALT
para a
em reg



O repasse de experiências na REBOB, sempre foi uma prática e tradição, assim sendo, as visitas técnicas a sistemas de gerenciamento do exterior, foram iniciadas pelo Consórcio Intermunicipal das bacias dos Rios Piracicaba e Capivari (Consórcio PCJ). Ocorreram, desde 1991, sendo que, a partir de 1999 passaram a ter a amplitude Consórcio PCJ/REBOB e foi aberta para a participação nacional de representantes de organismos de bacias, parlamentares, técnicos de secretarias Estaduais e instituições afins.

Tais comitivas ocorrem no mínimo a cada dois anos e, além da Alemanha, Espanha e França outros países membros da RIOB e REBOB passaram a receber e retribuir visitas técnicas, já existindo, em alguns casos, planejamentos estabelecidos, para tais ações.

Desde sua fundação a REBOB vem participando de eventos nacionais e internacionais, assim como promove encontros regionais para fortalecimento dos organismos existentes e auxiliar na formação de novos.

Em 2008, a REBOB apoiou o Ministério do Meio Ambiente do Brasil, na organização e viabilização da participação Brasileira na 'Expo Zaragoza – Espanha", assim como, no Fórum Mundial da Água em 2012, Marselha – França e 2015 na Coreia, além de outro importante acontecimento, no mundo dos recursos hídricos.

Em 2013 em Fortaleza-CE, o Engenheiro Lupércio Ziroldo Antônio, foi eleito o Presidente da Rede Internacional de Organismos de Bacias (RIOB), mantendo o Brasil em posição de destaque, nesse importante agente de interlocução pela água. Passou o cargo, em junho de 2016, para representante do México, em evento ocorrido naquele país.

As finalidades para as quais a REBOB foi criada estão sendo cumpridas, com muita luta e dificuldades. O nosso sistema de gestão dos recursos hídricos é muito jovem. A Política Nacional é de 1997, porém, a garra e a integração entre os parceiros têm feito a diferença.

As metas, gradativamente estão sendo executadas, voltadas para o fortalecer as Redes (REBOB, RELOB e RIOB) e auxiliar a sociedade organizada a pensar e agir em "Gestão dos Recursos Hídricos", um dos caminhos seria partindo de uma única pessoa, ampliando-se para grupos e associações sustentáveis até chegar à constituição dos Comitês de Bacias Hidrográficas.

Consórcio PCJ no âmbito da REBOB viabiliza Comitiva para Israel em Busca de Novidades Tecnológicas, envolvendo uso racional da água. Dessalinização, reuso, irrigação, entre outras.

As Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba Capivari e Jundiá (Bacias PCJ), situadas no interior do Estado de São Paulo, entre 2013 e 2015, passaram pela mais grave crise hídrica

dos últimos 90 anos. Esse evento climático extremo ocasionou o exaurimento dos reservatórios do Sistema Cantareira, complexo de barragens que abasteciam naquela época um total de 14,5 milhões de pessoas, situadas entre as Bacias PCJ e a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), deixando os municípios a jusante do sistema com vazões escassas nos rios e sem uma reserva estratégica vinda do Cantareira, que permitiria maior segurança ao abastecimento público. A estiagem severa, também, comprometeu de forma alarmante os demais sistemas de reservação de água existentes na Grande São Paulo, como igualmente a disponibilidade hídrica no interior do Estado, gerando dificuldades de captação na indústria e no campo.

O evento extremo impactou de tal forma a disponibilidade de água nas Bacias PCJ e do Alto Tietê, onde está RMSP, o que pode ser atestado por estudo atualizado pelo Consórcio PCJ (2015), no qual verificou-se diminuição da disponibilidade hídrica nessas regiões, que já eram consideradas extremamente baixas. No caso das Bacias PCJ a redução da disponibilidade hídrica foi de 408 para 298,79 m³/hab/ano e no Alto Tietê a redução foi de 208 para 49,62 m³/hab/ano.

A título de comparação, segundo dados do Relatório 2015 das Nações Unidas para Desenvolvimento Hídrico, a região do Oriente Médio possui 292 m³ por habitante/ano. As Bacias PCJ e do Alto Tietê, onde está a Grande São Paulo, seguem tendo comportamento de bacias hidrográficas com alto estresse hídrico. Ainda segundo a ONU, enquadram-se nessa condição regiões com menos de 1000 m³ por habitante/ano. Estudos apresentados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE/CPTEC, em junho de 2014, junto a Câmara

Lagoas de Infiltração para polimento de água de reuso



Técnica de Monitoramento Hidrológico (CT-MH) dos Comitês PCJ, também reforçaram a ideia de que nos últimos anos já se previa a redução de precipitações no Estado de São Paulo. O estudo evidencia significativas reduções pluviométricas desde o ano 2000, fato este que aponta para a necessidade cada vez maior de um planejamento adequado e estratégico na gestão dos recursos hídricos, garantindo que regiões com grande densidade populacional e industrial não dependam única e exclusivamente de fontes naturais que podem ser afetadas pelas variações climáticas extremas.

Diante disso, o Consórcio PCJ buscou em exemplos internacionais alternativas que pudessem, num primeiro momento, contingenciar a situação hídrica das Bacias PCJ e, também, procurou iniciativas pensando num planejamento de longo prazo, que permitisse à região maior segurança para a possibilidade de novas ocorrência de eventos climáticos extremos.

Proposta de solução por dessalinização causou impacto inicial e aproximação com detentores da tecnologia.

Em 2014, no auge de forte crise hídrica, a Equipe Técnica da Secretaria Executiva do Consórcio PCJ, elaborou estudo preliminar, com base, em informações técnicas, da literatura e sites, com “Proposta Expedida de Utilização de Água Dessalinizada”, visando a garantia, de forma permanente, em 80%, do nível hídrico do “Sistema Cantareira”, conjunto de reservatórios, responsável até dezembro de 2013, pelo abastecimento das Bacias PCJ e de 50% da grande São Paulo.

Inicialmente, tal proposta causou surpresa, inclusive a especialista do Sistema Nacional de Gerenciamento. Afinal, pior, ou melhor, as crises hídricas vinham sendo superadas por reforços do subterrâneo e “Chuvas Extemporâneas Salvadoras”. Ter que recorrer ao Oceano, transpor desnível de mais de 800 metros, realmente fugia dos planejamentos tradicionais de nosso país. Abastecimento por água dessalinizada, somente em “Fernando de Noronha” ou para algumas “Plantas Industriais”, realmente por falta de alternativas, diziam os técnicos.

Com o agravamento da crise, extensiva a toda região Sudeste e Nordeste do país, a água farta do oceano passou a entrar na pauta de brasileiros, das mais diversas regiões do país, assoladas pela estiagem. Assim sendo, tais caminhos aproximaram o Consórcio PCJ de Israel.

Contato com Israel

Assim, o primeiro contato, do Consórcio PCJ, se deu por meio do Consulado de Israel, em fevereiro de 2015, quando membros da equipe técnica do Consórcio estiveram reunidos com o Cônsul para assuntos econômicos no Brasil, Boaz Albaranes. Ali foram firmadas as primeiras parcerias de troca de experiências e tecnologias entre Israel e as Bacias PCJ, o que culminou com a realização de um Workshop em Indaiatuba (SP), em março daquele ano, quando empresas israelenses vieram apresentar para municípios, empresas e serviços de abastecimento da nossa região suas soluções tecnológicas voltadas ao saneamento e ao gerenciamento dos recursos hídricos frente aos desafios de escassez de água.

O encontro teve a presença do Cônsul Albaranes e de outras autoridades, entre elas, o vice-presidente da Autoridade Israelense de Água, Abraham Tenne, e despertou a curiosidade de todos em torno das tecnologias de dessalinização e sua viabilidade econômica. Albaranes atentou sobre a redução dos custos de dessalinização e informou que a média atual está em US\$ 0,50 por metro cúbico de água tratada.



Adensadores de bactérias para maior eficiência no sistema de tratamento de água



Durante o evento houve a formalização de convite para que o Consórcio PCJ organizasse uma comitiva da bacia para visitar organismos de gestão da água israelenses, com objetivo de conferir as tecnologias aplicadas na gestão de recursos hídricos, bem como a participação na WATEC, uma das maiores feiras do mundo sobre o tema.

O Consórcio PCJ, estendeu o Convite, conforme sua tradição, para todas as instituições e organizações públicas e privadas do Brasil, constituindo uma Comitiva bastante representativa de nosso país.

Visita Técnica a Israel.

Em Israel, em outubro de 2015, foi possibilitado o contato com diversas tecnologias desde a área de tratamento de água e efluentes, passando por irrigação por gotejamento, até a empolgante dessalinização. Os israelenses, inclusive, possuem uma das maiores usinas de dessalinização do mundo, a Sorek, que a Comitiva teve a oportunidade de conhece-la.

A usina ocupa uma área de 100 hectares e está a pouco mais de dois quilômetros distante do mar. Ela trata 150 milhões de metros cúbicos de água salina por ano, o equivalente a 7 m³/s. Dois dutos de 3,3 m de diâmetro captam água a 1,2 km mar a dentro, na costa de Tel Aviv. Um terceiro duto lança o resíduo do tratamento, a salmoura, a 2 km da costa.

O tratamento para dessalinizar a água é feita por osmose reversa, pois, sendo necessário energia elétrica para aumentar a pressão nos tubos de tratamento em 70 atmosferas, a mesma pressão verificada em profundidades de 700 metros. A energia utilizada nesse processo é reaproveitada, visto que a salmoura, resultante do processo de dessalinização, transmite mecanicamente sua energia acumulada à água

filtrada, facilitando seu transporte. Esse mecanismo é semelhante ao funcionamento do êmbolo de uma seringa quando se emprega pressão pelo posicionamento dos dedos para expelir o líquido do interior da mesma. No caso de Sorek, parte da força empregada para dessalinizar a água é reaproveitada para eliminar a salmoura. Esse movimento permite a economia de energia elétrica utilizada pela usina. "A ideia é reduzir ao máximo o custo de produção da água", relatou durante nossa visita o gerente de desenvolvimento de negócios de Sorek, Fredie Lokie.

Conhecimento de Eficiência em Empresa Pública de Israel

Os Brasileiros, também conheceram a eficiência de gestão da empresa pública de saneamento, Mekorot, com 76 anos de atuação e está entre as 10 maiores empresas de água do mundo. Os números da companhia israelense revelam como a eficiente gestão desses quatro pilares: planejamento, perdas hídricas nas redes, reuso de água das estações de tratamento de esgoto, somados a um ambicioso projeto de recarga do lençol freático, garantem sustentabilidade hídrica para o desenvolvimento nacional.

A comitiva do Consórcio PCJ foi recebida por um dos diretores de Mekorot, Diego Berger, na sede da empresa, em Tel Aviv. A companhia possui 12 mil km de tubulações que levam água a 7 milhões de usuários. As perdas hídricas em grandes redes não passam de 3%, sendo que a média para todas as áreas urbanas de Israel são de no máximo 11%, bem abaixo do índice preconizado pelas Organizações das Nações Unidas (ONU), que é de 20%.

Mekorot possui um eficiente sistema de aquedutos que levam água do norte de Israel, onde ocorrem mais chuvas, para o sul do país, predominantemente desértico, mas com forte atividade agrícola. Tudo começa, com a captação de água no mar da Galiléia, que é levado até o reservatório de Eshkol, ao norte do país. Lá, a água passará por um tratamento dividido em quatro etapas.

A companhia de abastecimento ainda se destaca pelos investimentos em tratamento de efluentes e reuso da água. No total, existem 13 Estações de Tratamento de Esgoto (ETE) em Israel. A comitiva do Consórcio PCJ visitou a planta Shafdan, ao sul de Tel Aviv, considerada a maior de Israel. São tratados 300 mil metros cúbicos de esgoto por dia, que após



tratados, serão distribuídos por meio de uma rede específica e independente para reuso na agricultura. “A qualidade do efluente tratado é superior a muitos pontos de captação de água natural em vários países do mundo”, nos confidenciou durante a visita o engenheiro chefe de Mekorot, Carlos Percia.

A implantação da rede de distribuição da água de reuso à agricultura começou a ser realizada em 1989 e hoje somam 100 km de extensão. Ao todo, Israel faz reuso de 85% da água resultante do tratamento de esgoto. A meta é ampliar esse número para 95%, para isso Mekorot tem investido muito em novas tecnologias, como filtros aprimorados de membranas e infiltração de água nos aquíferos. Até o ano de 2004, 80% da água potável de Israel ia para a agricultura, mas hoje esse número caiu para 55%, graças ao reuso.

Participação na Watec

A participação na WATEC rendeu diversos contatos e trocas de experiências com diversas empresas da área de gestão de recursos hídricos, que ocasionará uma série de eventos durante o ano de 2016 visando promover novas tecnologias no setor, com potencial de aplicabilidade aqui no Brasil.

O aprendizado assimilado com as experiências de Israel no trato com a água possibilitou ao Consórcio PCJ replicar esse conhecimento para empresas e municípios nas Bacias PCJ. Foi produzido um relatório destacando as tecnologias às quais a Comitativa teve acesso em Israel além de uma relação de empresas das mais variadas tecnologias, desde o tratamento de água e efluentes, até de ações de investimentos financeiros mais robustos, como no caso da dessalinização. No entanto, nenhuma saída foi descartada pelo Consórcio PCJ. O objetivo é disponibilizar um vasto cardápio para que a bacia tenha acesso ao que há de mais moderno em gestão de recursos hídricos.

Essas experiências vivenciadas pela equipe técnica do Consórcio, foram apresentadas ao setor industrial da região, em encontro promovido pela Câmara Técnica da Indústria (CT-Indústria) dos Comitês PCJ, no mês de março de 2016, que se mostrou bastante interessado pelas tecnologias de tratamento de efluentes “quartenário” (com a injeção do esgoto tratado no lençol freático).

Sempre fez parte da cultura do Consórcio PCJ a busca por soluções em parceiros internacionais. A entidade é membro do Conselho Mundial da Água, além de participar das mais variadas redes de organismos de Bacias, como a Rede Internacional, Latina, e Brasil de Organismos de bacias. A troca de experiências configura-se como um dos pilares da boa gestão de recursos hídricos e se superamos a crise hídrica em 2014 e 2015, devemos muito aos nossos amigos internacionais, pois, foi com a convivência com países avançados na gestão da água que nos permitiu estabelecer e propor ações de contingenciamento que permitiram que nossa Bacia não entrasse em colapso, frente a disponibilidade hídrica duramente afetada pela ocorrência de eventos extremos.

Evento da RIOB no México

Sempre atento aos desafios futuros, representantes do consórcio PCJ, estiveram presentes à 10ª Assembleia Geral da Rede Internacional de Organismos de Bacias (RIOB), onde os impactos das mudanças climáticas à gestão de recursos hídricos foi o foco dos debates nesse importante fórum sobre água. A palavra da vez no sistema de gerenciamento de recursos hídricos é: adaptação. É necessário que os planos de bacias e as políticas públicas em torno da água, passem a considerar a inconsistência das previsões climáticas se quisermos chegar ao futuro com água de qualidade e quantidade para o abastecimento urbano, industrial e rural.

Comitativa brasileira na WATEC 2016, uma das maiores feiras de água do mundo



Comitativa brasileira em frente a sede do reservatório Eshkol



Nesse contexto, a utilização da dessalinização passa a entrar na pauta, de todos os países que possuem essa alternativa. Sendo que em muitos, tal sistema já foi implantado, com sucesso. Sendo que dependendo, da demanda, a relação custo/benefício, passa a ser plenamente justificada.

Por isso, o Consórcio PCJ, pretende seguir promovendo iniciativas de variadas nações avançadas no trato com a água para que possamos aprender com eles e aproveitar o que for de melhor para a realidade do nosso sistema de Gestão. Pois, água é qualidade de vida, podendo impactar não somente o bem-estar, mas o emprego e a economia dos países. Devemos estar atentos. Conforme destacou em sua fala o então presidente da RIOB, Lupericio Zirolto Antonio, “devemos todos de forma integrada, compartilhada e participativa, provocar ações em prol de nossas águas agora e sempre”.

Implantação de Experiências no Brasil

Retornando de Israel, em outubro de 2015, o Consorcio PCJ, entrou em contato com o Engenheiro Lupericio Zirolto Antônio, Presidente da REBOB, solicitando apoio para a localização de local viável e de parceiros, para implantar uma “Estação de Dessalinização de Porte Médio”, em nosso país. Trata-se de tecnologia consagrada e não existe a necessidade de iniciarmos por uma estação piloto, de pequeno porte, realizadas as negociações e parcerias necessárias, seria possível viabilizar uma “Planta Vitrine”, em nosso país.

Em alguns países, reservatórios compartilhavam água com a agricultura e nem sempre é possível uma distribuição “Negociada da Água”, no sistema descentralizado e participativo, ou seja, em anos de estiagem a agricultura não planta e não utiliza a água que passa a ser utilizada, quase integralmente, pelas indústrias e concessionárias de saneamento, sendo o agricultor compensado financeiramente por tal ação.

Para a situação acima mencionada, a solução vem de experiências espanholas, que implantaram a dessalinização, deste modo, as indústrias e as concessionárias de saneamento passaram a utilizar a água dessalinizada e a agricultura ficou com a água doce dos reservatórios. Iniciativas como a do exemplo acima, evitam o êxodo rural e a migração maciça para regiões já extremamente adensadas e enfrentado problemas de toda ordem.

Antes de julgarmos uma proposta economicamente inviável, se faz necessário um minucioso estudo de viabilidade, com o envolvimento de fortes parcerias, exercitando-se todos os tipos de negociações e manejos operacionais de utilização inteligentes desse produto escasso e de grande valor econômico, denominado: “Água”.



Reunião com Fredie Lockie, gerente de desenvolvimento de negócios da Sorek, sobre a possibilidade de construção de uma estação vitrine no Brasil



Tubos de tratamento por Osmose Reversa da Usina Sorek, a maior usina de dessalinização de Israel



Sistema de Irrigação por gotejamento, ao qual a comitiva brasileira teve acesso à tecnologia



Francisco Carlos Castro Lahóz
Secretário Executivo do Consórcio PCJ.



EM FOCO COMITÊS DE BACIA MINAS GERAIS

Primariamente antes de falar dos CBHs de Minas Gerais, temos que falar de uma estrutura importante dos Comitês mineiros que é sem dúvida nenhuma o Fórum Mineiro de Comitês de Bacias Hidrográficas que é uma Instância Colegiada formada pelo conjunto dos Comitês legalmente instituídos e das Comissões Pró-Formação de Comitês no âmbito do Sistema Estadual de Gerenciamento dos Recursos Hídricos de Minas Gerais – SEGRH MG. Seu grande objetivo é articular a implementação, a integração e a gestão dos Comitês de Bacias Hidrográficas e Comissões Pró-Formação de Comitês em nível estadual e, no que couber, em nível federal, visando o fortalecimento dos mesmos como parte do SEGRH MG, de forma descentralizada, integrada e participativa.

As atividades principais dos CBHs partem da sólida organização do Fórum Mineiro. As grandes demandas dos CBHs mineiros chegam ao Fórum Mineiro que tem o papel central da articulação juntos aos órgãos ambientais do estado. Grandes desafios estão acontecendo nestes anos de 2015 e 2016. Participamos de vários eventos relacionados a Recursos Hídricos. Um dos grandes eventos que os CBHs Mineiros participaram em 2015 foi a comemoração ao Dia Mundial da Água, em parceria com as Comissões de Meio Ambiente e de Desenvolvimento Sustentável e Extraordinária das Águas da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), o Fórum Mineiro de Comitês onde realizamos o debate público “Águas de Minas: Revitalização e Gestão dos Rios de Minas”. O objetivo do evento, que aconteceu no dia 21 de março, na ALMG, em Belo Horizonte, foi de dar continuidade às discussões iniciadas no Seminário Legislativo Águas de Minas III e fortalecer os Comitês para a gestão dos recursos hídricos e fortalecer os Comitês de Bacia Hidrográfica de Minas Gerais para a gestão dos recursos hídricos.

Discutimos também no âmbito 2015 e 2016 na reunião do Fórum Mineiro de CBHs a importância de envolver os Comitês de Bacia Hidrográfica (CBHs) nas discussões de segurança hídrica e na adaptação e aprimoramento do programa “Cultivando Água Boa” para o estado de Minas. O Projeto “Cultivando Água Boa” é um programa alinhado

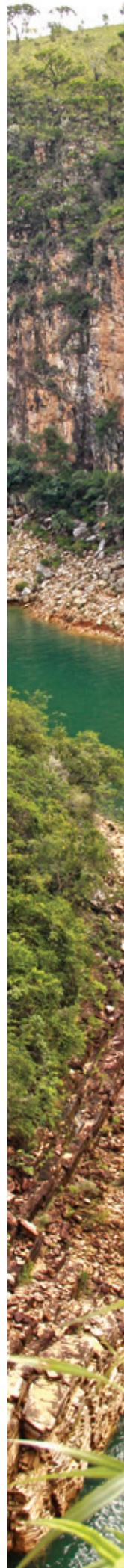


Debate Público Dia Mundial da Água.

ao planejamento estratégico da Itaipu Binacional, que tem como missão a geração de energia com qualidade, com responsabilidade social e ambiental, além do desenvolvimento econômico, turístico e tecnológico”.

A nossa reunião do Fórum Mineiro de Comitês, realizada no mês de março/2016, em Belo Horizonte também teve enorme importância. A matéria apresenta as discussões realizadas pelos Comitês de Bacia Hidrográfica de Minas Gerais e o que pode ser feito para melhorar a gestão dos rios mineiros. Os CBHs mineiros junto ao Fórum Mineiro participaram com grandes contribuições do Seminário Legislativo Águas de Minas III e fortalecer os Comitês para a gestão dos recursos hídricos. Os CBHs mineiros tiveram a oportunidade de falar e expor as realidades de seus CBHs. Neste evento, os representantes dos Comitês deixaram claro que, apesar da elevação dos níveis dos reservatórios, as bacias hidrográficas ainda preocupam e é preciso garantir a preservação dos rios. Apesar da existência de leis e normas sobre o assunto, os participantes do debate público cobraram ações mais efetivas por parte do poder público para a revitalização das bacias, além de apresentarem questões específicas de suas regiões, principalmente voltadas para o envolvimento da sociedade na gestão dos recursos hídricos.

Os CBHs disseram que ainda é preciso discutir muito sobre os caminhos a serem tomados para a preservação dos nossos rios e bacias. “A redução no consumo de água e o retorno das chuvas aliviaram nossos sistemas, mas não solucionou o problema. É preciso buscar melhorias para os sistemas de captação e distribuição de água em Minas”, ponderou Hideraldo Buch – Coordenador do FMCBH que ainda destacou que “as comissões, comitês e órgãos gestores devem caminhar de forma integrada para a boa gestão das águas, e temos regiões críticas no Estado que precisam muito do debate político. O documento do seminário legislativo, precisa ser cumprido rigorosamente, pois ajudará na questão hídrica mineira do nosso estado”. O presidente do CBH Rio das Velhas, Marcus Vinícius



Polignano, alegou que é preciso entender que o estado das águas é péssimo em Minas Gerais. Ele ainda criticou o estudo do IGAM sobre a qualidade das águas e pediu ações efetivas de melhoria da situação dos rios. “Não podemos burocratizar a gestão dos rios. Infelizmente, as discussões sobre a água só tiveram início porque trouxe prejuízo à capital mineira. É preciso política de Estado em sintonia com gestão de água. A relação entre bacias e governo está fragilizada. Mais que isso, temos que definir as datas para o que deve ser feito e por quem”, afirma. Com relação ao Projeto de Lei (PL) 2.946/2015, de autoria do Governador Fernando Pimentel (PT), que reestrutura o Sistema Estadual do Meio Ambiente (SISEMA) e trata de procedimentos relativos ao licenciamento ambiental foi aprovado pela Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (ALMG) por 57 votos a favor e nove contrários, no dia 25 de novembro. Mesmo após os ambientalistas criticarem o regime de urgência na tramitação do projeto na Assembleia, processo que foi considerado um meio de afastar a sociedade das discussões sobre a matéria a ALMG aprovou o PL 2.946/2015. O FMCBH, no conjunto dos CBHs Mineiros, tem uma visão do gerenciamento dos recursos hídricos e compreende que o melhor caminho para superar as dificuldades é compartilhar as decisões.

O FMCBH esta debatendo junto ao IGAM o Decreto do FHIDRO e a SEFHIDRO elaborou uma minuta a qual incorporou o resultado de uma oficina realizada em 2 dias com a SEMAD; IGAM ; IEF E FEAM. Esta minuta foi encaminhada para a Procuradoria do IGAM para avaliação jurídica. A Procuradoria retornou ontem dia 15/06. Agora a SEFHIDRO vai consolidar a minuta, com as recomendações até terça feira dia 21/06. Com relação a Lei já esta sendo montado um Grupo de Trabalho para elaborar dessa minuta também com as recomendações que foram tiradas na Oficina. Em seguida esta minuta será apresentada para o Grupo Coordenador e também para o Fórum Mineiro.



Participação dos Comitês no Debate na AL de MG.

Tivemos muitos avanços na política estadual de recursos hídricos juntos aos CBHs, mas também tivemos grandes dificuldades na estruturação destes Colegiados mineiros no ano de 2015. Uma grande ação que o FMCBH fez através dos CBHs foi a realização com o três candidatos a governador de Minas Gerais em setembro de 2014, de uma reunião com cada um deles na qual o FMCBH apresentou as propostas de melhorias da gestão de recursos hídricos através de um Pacto e que foi assinado simbolicamente pelos três candidatos. No início de 2015, cobramos junto ao governo Pimentel o Pacto das Águas assinado simbolicamente em setembro de 2014 e com isso em março de 2015 no Palácio Tiradentes com a presença de todos os CBHs, imprensa e do governador Fernando Pimentel, foi assinado oficialmente o Pacto das Águas com oito propostas de melhorias na gestão de recursos hídricos em Minas Gerais.

Os 25 Comitês mineiros que não tem a cobrança estão passando grande dificuldade para manter as suas estruturas e a sua operacionalização, inclusive alguns CBHs estão com suas portas fechadas por conta dos problemas dos recursos financeiros destinados aos CBHs oriundos do FHIDRO. O IGAM que é Órgão gestor das Águas apresentou já desde o fim do ano de 2015 o Projeto de Contratação para a estruturação física e operacionalização dos CBHs de Mineiros, na qual tem como objetivo claro de estruturar os CBHs que não tem a cobrança. Os andamentos ainda estão em fase de licitação. Por outro lado, os CBHs que faz a cobranças pelo uso da água, passam por dificuldades, pois esses recursos financeiros não estão sendo repassados aos CBHs adequadamente, ou seja, não estão passando como determina a lei do FHIDRO, e com isso prejudica as ações dos CBHs na gestão de recursos hídricos dentro da bacia hidrográfica.

Mas podemos finalizar destacando que nosso trabalho enquanto Comitês de Bacia aqui em Minas se fortalece a cada dia, pois somos muitos buscando sempre de forma organizada a melhoria dos rios que estão em nosso território.



Hilderando Buch

Coordenador do Fórum Mineiro
de Comitês de Bacia

BATALHA NAVAL



Por Sergio Antunes

Pediram-me um artigo que falasse de água.
Tá na mão:

Sobreviventes.
Isto somos todos, eu e vocês, que estão lendo esta crônica.
Meros sobreviventes. Meros e míseros sobreviventes.

Ou poderia ser salvados de incêndio. Tanto faz.

Explico.
Ontem, por exemplo, ouvi duas notícias no rádio do carro, que ligo pra disfarçar o trânsito que pego de manhã, quando vou trabalhar. Uma falava dos radares adulterados e que aplicam multas em quem está na velocidade correta como se estivesse em excesso de velocidade. Outra é a notícia da demora na devolução do imposto de renda porque o Governo está com pouco caixa.

Ou seja, só ontem, em alguns minutos de jornal, descobri que estou sendo vítima de duas novas maneiras de tomarem a minha grana. E, o que é pior, o trombadão é o próprio Governo.

As notícias de ontem não são diferentes das de anteontem. Todo santo dia tem uma bala perdida no nosso caminho.

Às vezes a bala perdida é apenas uma bala perdida, nem sei bem o porquê da expressão.

Afinal, a bala é perdida de acordo com o ponto de vista de quem vai ou de quem vem. Pode ser bala achada.

Aliás, abrindo parênteses, vi uma faixa no poste a respeito de um cachorrinho perdido. Pensei na pobre bala perdida, um garotinho chorando pela falta da bala, a perdida.

Mas deixa pra lá. O fato é que a gente pode topar com balas perdidas de todo tipo.

Daquelas que saem dum tresoião ou daquelas que saem do leão do imposto de renda ou de um genocida do trânsito ou mesmo de um chefe mal humorado de um cartório qualquer. Ou de uma anônima atendente do call center ou de um míope árbitro num inocente jogo de futebol. Conforme a hora, até uma palavra ríspida, um mal entendido, um desamor pode ser uma bala perdida.

Tenho a nítida impressão, de manhã quando levanto, que sou um encouraçado.

É, um encouraçado ou um destroyer, desses de batalha naval, joguinho que costumava jogar nas aulas chatas de Francês, escondido do Professor Benoir.

Efe três, água, pê oito, água. É água. É água, mas passou perto.

Um navio feito de quadradinhos pintados de preto num mar de quadradinhos. Se a bala me acerta, quebro uma asa, arrebento a proa e às vezes afundo. Já afundei mil vezes.

Um deputado acorda de mau humor, epsilon treze, me arrebenta a popa. Um trombadinha começa a tremer de abstinência, dáblui nove, me estraçalha uma asa.

De noite, se nada me atingiu, um imposto novo, um pneu furado num buraco que devia ter sido tapado pela prefeitura, um pitbull que devia estar numa coleira, ou, se me atingiu, mas não me afundou, sou um sobrevivente, um salvo de incêndio.

Agora mesmo um burocrata de um cartório resolveu implicar comigo. Quero registrar uma escritura e ele acha que não posso. Eu tenho razão. Eu tenho certeza de que tenho razão. Reclamar para quem? Para o Poder Judiciário, este Poder maravilhoso que tudo pode consertar, de cuja apreciação nada ou ninguém escapa, conforme diz a Constituição, aquele livrinho que o Ulisses Guimarães fica exibindo eternamente na foto.

Mas, quanto tempo leva o Poder Judiciário para resolver uma questão? Pum, outra bala. Leva dez, quinze, vinte anos.

A mulher do atirador de facas não aguentou. De tanto quase morrer toda noite, respeitável público, um dia se mexeu de encontro à faca. Pra acabar logo com isso. A bala perdida era um punhal.

Sobrevivente? Até quando? Pode me afundar que eu estou ficando com o saco cheio de ser sobrevivente.

Nota:

Pediram-me um artigo que falasse de água para a revista Águas do Brasil.

Escrevi sobre Batalha Naval.

Afinal, sem água não tem batalha naval.



Sergio Antunes

sergioantunes@ig.com.br

É procurador autárquico do Estado de São Paulo, exercendo suas funções no DAEE - Departamento de Águas e Energia Elétrica.

ÁGUAS EM MOVIMENTO 2016



MAIS EVENTOS
EM NOSSO SITE:
REBOB.ORG.BR

Confira como é fácil acessar e compartilhar nossa revista na internet:



revista on-line

visite: WWW.AGUASDOBRASIL.ORG

1 Acesse:
www.AGUASDOBRASIL.org
e clique na miniatura da
edição desejada.

2 Explore:
com um duplo clique você
poderá ampliar a imagem para
melhor leitura.



3 Compartilhe:
Clicando no ícone "e-mail"
(próximo as miniaturas de
páginas) você poderá
compartilhar a revista nas
redes sociais ou
encaminhar por e-mail.

ACONTECEU

MUNDO

MÉRIDA, MÉXICO

MÉXICO PRESIDIRÁ RIOB DURANTE 2016 - 2019

Lúpercio Zirolto Antonio, Presidente de saída da Rede Internacional de Organismos de Bacia entregou a esfera a Roberto Ramirez de la Parra, Diretor Geral da Conagua, que reconheceu o esforço do intenso trabalho realizado nesta reunião multilateral que busca fortalecer políticas e ações em gestão integrada dos recursos hídricos, por sua vez, reiterou seu reconhecimento a Lúpercio Zirolto Antonio por seu excelente trabalho na frente da RIOB durante os últimos três anos.

Durante este mandato que lhe cabe presidir o organismo para o México, ele mencionou que “há grandes desafios decorrentes dos efeitos da mudança climática por isso que se está ciente do importante papel que temos diante de nós”.

Frente a esta responsabilidade internacional, De la Parra irá impulsionar o desenvolvimento das bacias hidrográficas em conjunto com as redes regionais, a fim de alcançar uma gestão integrada da água. Nesse sentido, ele definiu um plano de ação para o período de 2016-2019 através de cinco eixos orientadores:

1. Fortalecer as redes regionais para que se construam em comunidades especializadas que profissionalize pessoal técnico e realizem estudos sobre a adaptação às alterações climáticas.
2. Procurar acesso a recursos internacionais, que permitam reduzir as lacunas de desenvolvimento tanto de infraestrutura como de instâncias, como o Painel de Alto Nível de Água, a fim de fortalecer a gestão dos recursos hídricos.
3. Desenvolver ações com os países membros, a fim de aumentar as capacidades nacionais, regionais e internacionais que busquem a implementação gradual de novos modelos de gestão, a transparência no gerenciamento da informação e recursos orçamentais.
4. Promover a ação governamental e social para modernizar e operar de maneira eficiente os sistemas de medição do ciclo hidrológico e as variáveis do clima.
5. Definir os quadros de incentivos internacionais, que estimulem os governos nacionais a melhorar os seus indicadores de gestão sustentável das bacias hidrográficas e dos sistemas operacionais.

A RIOB deve seguir sendo o canal institucional por excelência que propague entre as nações a GIRH, o México tem o compromisso global e local para seguir gerando ações que garantam um futuro promissor as próximas gerações.



Presidente da RIOB, Lupericio Z. Antonio fala na abertura.



Reunião da Rede Latino Americana



Donzier, Lupericio e o novo Presidente da RIOB Roberto Ramirez.



Delegação Brasileira na RIOB em Merida, México.